

04/06/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Em defesa das universidades públicas](#)

[59 mil vagas em disputa no Sisu](#)

[Mais votada na UFRJ](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A universidade é a galinha dos ovos de ouro](#)

[Sisu abre inscrições na terça \(4\) com 59 mil vagas no 2º semestre de 2019](#)

[EXEMPLO](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[‘SISTEMA NÃO SERVE MAIS, É CRISE APÓS CRISE’](#)

[Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Brasil quer mudar governança em Fundo Amazônia](#)

Imprensa Estadual

METRO - RS

[The Book is on the Table](#)

Agências de notícias e sites

BRASÍLIA DE FATO

[Como os cortes ameaçam pesquisas, aprofundam a recessão e condenam país ao atraso](#)

G1

[Pesquisadores brasileiros estudam pegadas de animais pré-históricos descobertas nos Estados Unidos](#)

PORTAL CARTA CAPITAL

[Contra ‘balbúrdia’, professor cria diário e narra dias na universidade](#)

SUL21

[Como os cortes ameaçam pesquisas, aprofundam recessão e condenam país ao atraso](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro da Educação](#)

BRASIL247

[Pimenta desafia dono da Havan a apoiar seu projeto que taxa donos de jatinhos](#)

CORREIO WEB

[Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir desta terça-feira](#)

G1

[Inscrições para o Sisu 2019.2 começam nesta terça-feira \(4\) com mais de 4 mil vagas na Paraíba](#)

METRÓPOLES

[Sisu : cursos com maior número de vagas são administração e pedagogia](#)

[Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC](#)

NEXO

[Quem é a nova reitora da UFRJ. E o que ela sinaliza](#)

PORTAL EXAME

[Contingenciamento não prejudicou vagas pelo Sisu, diz secretário do MEC](#)

[Live Arena aposta em cursos EAD para o já bilionário mercado de eSports](#)

PORTAL ISTOÉ

[Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC](#)

[Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir de hoje](#)

R7

CLIPPING



[Cortes de gastos não prejudicaram Sisu, garante secretário do MEC](#)

TERRA

[Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC](#)

[Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir de hoje](#)

Agências de notícias e sites

GAZETA DO CERRADO

[Doutor em Economia discute desenvolvimento local e regional durante evento na UFT](#)

GAZETA DO POVO – PR

[UFG é premiada por realizar testes farmacêuticos sem a necessidade de cobaias](#)

GUIA DO ESTUDANTE

[MEC terá que responder por nota desautorizando divulgação de manifestações](#)

JORNAL DE PIRACICABA

[CLÁUDIA DA SILVA SANTANA](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão de Educação debate políticas para o ensino a distância](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ex-ministros da Educação se encontram para elaborar propostas para o MEC](#)

[Leia a Recomendação da Procuradoria a Weintraub para cancelar nota contra protestos](#)

FAPEG

[Paraíba reunirá expoentes da Ciência, Tecnologia e Inovação do País no Fórum do](#)

[Confap](#)

G1

[Universitário cearense vence prêmio internacional ‘Mitacs Globalink Research Award’](#)

[Sisu do 2º semestre terá 59 mil vagas para o ensino superior em todo o país, diz MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Novo centro da UFF vai debater desigualdades globais](#)

UNIVERSO RACIONALISTA

[Estudo desvenda a física da criação de nanopartículas de prata](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC diz que cortes no orçamento não afetam oferta de vagas do Sisu](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Realizado pela Ufam, Capes e PNUD Brasil](#)

GAZETA DO POVO – PR

[UFG é premiada por realizar testes farmacêuticos sem a necessidade de cobaias](#)

[70% dos alunos das universidades federais são pobres? Especialista discute possível](#)

[viés de seleção amostral](#)

O POVO - CE

[A UFC e a voz da maioria](#)

O TEMPO - MG

[Gravidez e depressão no caminho do ensino superior](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL BOA VISTA

[PIBID Biologia da URI desenvolve projeto de promoção à saúde em escola de Erechim](#)

AGÊNCIA FOLHA

[As metas para o ensino em que o Brasil já foi reprovado ou está em recuperação](#)

G1

[As metas para o ensino em que o Brasil já foi reprovado ou está em recuperação](#)

[UFRR abre inscrições para mestrado e doutorado em recursos naturais](#)

R7

[8 em cada 10 escolas da rede pública não oferecem ensino de qualidade](#)

[Começa Campanha Nacional pelo Direito à Educação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Em defesa das universidades públicas

A deputada federal Érika Kokay (PT/DF) promove, nesta sexta-feira, sessão solene na Câmara em defesa da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Brasília (IFB). Estão confirmadas as presenças dos reitores da UnB, Márcia Abrahão, e do IFB, Wilson Conciani. Subsecretariam a realização do evento os deputados Celina Leão (PP/DF); Flávia Arruda (PL/DF); Paula Belmonte (Cidadania/DF); e Professor Israel Batista (PV/DF).

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

59 mil vagas em disputa no Sisu

Alunos que participaram do Enem e não tiraram zero na redação podem se candidatar a oportunidades em 1.731 cursos a partir de hoje. É a maior oferta em 10 anos, segundo o ministério EDUCAÇÃO

Começam hoje as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Segundo o Ministério da Educação (MEC), a segunda etapa do programa em 2019 tem a maior oferta em 10 anos. São 59.028 vagas, em 1.731 cursos e 76 instituições participantes. Os interessados têm até sexta-feira para se candidatar, por meio do site sisu.mec.gov.br. O resultado será divulgado em 10 de junho. Os participantes poderão ainda conferir a lista de espera entre 11 e 17 de junho.

Os estados com mais vagas são Rio de Janeiro, com 12.973; Minas Gerais, com 8.479; Bahia, com 6.745; e Paraíba, com 5.990 vagas. A instituição com maior número de oportunidades é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que oferece 4.388 vagas. No Distrito Federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) tem 480 oportunidades disponíveis para os cursos de administração, agroecologia, biologia, eventos, gestão pública, processos gerenciais, sistemas para internet e matemática.

De acordo com o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, o bloqueio de R\$ 1,704 bilhão no orçamento das universidades e institutos federais não surtiu impacto na admissão de novos alunos. “Não temos notícia de que tenha sido prejudicada. A gente acha que pode ser ofertado até mais, considerando o período noturno, e estamos conversando com as instituições”, afirma o secretário.

Contradição

Para a professora de política educacional da Universidade de Brasília (UnB) Catarina de Almeida Santos, embora o crescimento seja positivo, a expansão do número de vagas ocorre em cursos de baixa procura. O especialista em educação da Universidade de Brasília (UnB) Cleyton Gontijo também é simpatizante do Sisu, mas aponta que o anúncio do MEC é contraditório em meio aos cortes contingenciais de 30%.

“Esse pronunciamento é cheio de contradições num contexto em que o governo corta recursos das universidades e anuncia o aumento de oferta de vagas pelo Sisu. Para manter esse aumento, o governo deveria voltar atrás e acabar com esse corte que tem chamado de contingenciamento”, afirmou.

Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero. Durante o período de inscrição pelo Sisu, uma vez ao dia, o sistema calcula a nota de corte, que é a menor nota para o candidato ficar entre os potencialmente selecionados.

Em um balanço do primeiro processo do ano, o Sisu teve 2,11 milhões de inscritos e 4,14 milhões de inscrições, uma vez que cada aluno pode escolher até duas opções de curso.

O que é preciso

Para se inscrever no Sisu, o candidato deve informar o número de inscrição e senha cadastrados no Enem de 2018. Caso o candidato não se lembre, pode recuperar na página do Enem. A inscrição é feita exclusivamente pela internet, na página do Sisu, sem a cobrança de taxas. Ao realizar a inscrição, o candidato deve estar atento aos documentos exigidos pelas instituições para a efetivação da matrícula, em caso de aprovação. Essa informação estará disponível no Sisu, no momento da inscrição. Ao finalizá-la, o sistema possibilita ao candidato a impressão do comprovante de inscrição.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Mais votada na UFRJ

O Diário Oficial da União (DOU) trouxe ontem a nomeação de quatro reitores de universidades federais, com mandatos de quatro anos. Entre os nomes confirmados estava o da professora Denise Pires de Carvalho para Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela é a primeira mulher a assumir o principal cargo da UFRJ em quase 100 anos.

O nome de Denise veio de uma lista tríplice. Seguindo longa tradição democrática, os conselheiros desse colégio, especialmente formado para o processo, costumam levar em conta a vontade popular expressa na pesquisa. Afastando todas as dúvidas sobre a nomeação do mais votado, em 20 de maio, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que respeitaria a escolha e confirmaria o nome de Denise para o cargo. A nomeação foi assinada na última sexta-feira. Ela foi escolhida pela comunidade acadêmica em primeiro turno da consulta eleitoral, com 9.427 votos, e confirmada pelo colégio eleitoral da instituição.

Denise é professora titular do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/UFRJ). Leciona nos cursos de graduação da área da saúde e nos programas de pós-graduação em Medicina (endocrinologia) e Ciências Biológicas-Fisiologia da UFRJ. É também médica formada pela UFRJ com diploma cum laude, possui mestrado e doutorado em ciências biológicas (biofísica), ambos pelo IBCCF/UFRJ.

Além dela, também foram nomeados: Gleisson Alisson Pereira de Brito, para a Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Uberlando Tiburtino Leite, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; e Ricardo Luiz Lange Ness, para a Universidade Federal do Cariri.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A universidade é a galinha dos ovos de ouro

Pesquisa e educação deveriam ser pontos de coesão

Quando criança, lembro da minha mãe preparando ovo mole, que deveria ser consumido enquanto quente. Na minha tenra idade, não pensava sobre como a produção de alimentos poderia ser impactada pela produção tecnológica derivada da pesquisa científica, mas fazia considerações sobre o ovo e a galinha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/a-universidade-e-a-galinha-dos-ovos-de-ouro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Sisu abre inscrições na terça (4) com 59 mil vagas no 2º semestre de 2019

Oferta de vagas é 3,8% superior ao número disponível no segundo semestre de 2018

Brasília

O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) do segundo semestre de 2019 abre as inscrições nesta terça-feira (4) com a oferta de 59 mil vagas em instituições públicas de ensino superior. Podem concorrer estudantes que fizeram a última edição do Enem, em 2018.

As vagas são distribuídas em 1.731 cursos de 76 instituições de todo país, segundo informações divulgadas pelo MEC (Ministério da Educação) nesta segunda (3).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/sisu-abre-inscricoes-na-terca-4-com-59-mil-vagas-no-2o-semester-de-2019.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

EXEMPLO

O secretário de Educação, Rossieli Soares, diz que o governo estuda propor uma lei que responsabilize alunos ou responsáveis por danos materiais causados no ambiente escolar. A ideia é inspirada em regras já existentes em Mato Grosso do Sul.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/06/neymar-vai-dizer-que-nao-quis-expor-jovem-ao-divulgar-fotos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

‘SISTEMA NÃO SERVE MAIS, É CRISE APÓS CRISE’

Senador tucano critica ‘falta de aptidão’ do atual governo e diz que uma administração ruim pode levar ‘à crise institucional’

Entrevista Tasso Jereissati SENADOR (PSDB-CE)

Conselheiro do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Tasso Jereissati afirmou não ver saída para a sucessão de crises no atual sistema político, o qual considera “torto e falido”. “Não serve mais. É crise após crise. Não tem clima mais para

impeachment”, disse. O tucano aposta no parlamentarismo, mas avaliou ser inoportuna a discussão neste momento.

Um dos parlamentares mais experientes no Congresso, o senador Tasso Jereissati (PSDBCE) afirmou ao Estado não ver saída para a sucessão de crises no atual sistema político, o qual considera “torto e falido”. “Não serve mais. É crise após crise. Não tem clima mais para impeachment, e essas questões de um mau governo ou de um desgoverno levam à crise institucional”, disse.

O tucano, que passou a ser um dos conselheiros do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), aposta no parlamentarismo como alternativa, mas avaliou ser inoportuna uma discussão mais aprofundada do tema neste momento, “porque seria considerado golpe, ilegítimo e irracional”.

Depois de três mandatos como governador do Ceará e 12 anos de experiência no Senado, Tasso demonstrou preocupação com a onda dos colegas de consultar as redes sociais antes de votar. “A população nem sempre está com a razão e isso começa com o julgamento de Jesus Cristo e Barrabás.”

O sr. tem participado de discussões sobre o parlamentarismo. Isso vai ser analisado pelo Congresso?

Há uma preocupação em relação às crises políticas, desencontros e até antagonismos entre os Poderes. Sem estabilidade, o País não cresce. Pode passar a reforma da Previdência, (mas), se não houver um clima de estabilidade e confiança, vamos continuar com os mesmos problemas. A economia está mal. Todo governo procura estabilidade e a oposição tenta desestabilizar. Mas, aqui, o próprio governo cria crises para desestabilizar e cria um clima que não é propício ao investimento, que é fundamental.

E sobre o parlamentarismo? Algumas pessoas, inclusive eu, defenderam – não para agora porque seria considerado golpe, ilegítimo e irracional, mas para o futuro –, começar uma discussão sobre parlamentarismo. A minha ideia, e do próprio senador José Serra (PSDB-SP), autor da proposta, é que o sistema político que estamos vivendo ficou torto e falido, não serve mais. É crise após crise. Não tem clima mais para impeachment, e essas questões de um mau governo ou de um desgoverno levam à crise institucional. No parlamentarismo, o Congresso vai ter mais compromisso na hora de votar ou deixar de votar em função de que seu mandato vai estar em jogo também.

E o sr. tem esperança no governo do presidente Jair Bolsonaro? A área econômica está no rumo certo. Mas pode se tornar um governo extremamente ineficiente em função de outras áreas. É um governo liberal na economia, mas conservador nos costumes e comportamento social. Sou menos pessimista porque acho que a economia está indo na direção correta. Existe uma possibilidade grande de essas reformas serem aprovadas no Congresso. Há uma consciência de que elas são necessárias, apesar dos desacertos do governo, e as reformas vão andar por si só. Ele (Bolsonaro) se complica muito se mantiver essa visão retrógrada em relação à liberdade das pessoas e suas opções de vida e manifestação de opiniões.

O sr. também consulta as redes sociais antes de votar? Antigamente, eram proibidas

manifestações na galeria do Senado, sob o princípio de que os senadores não poderiam votar sob pressão das galerias. As votações eram de acordo com a convicção. Agora, as pessoas votam com medo de apanhar das redes sociais. E a população nem sempre está com a razão, a começar com o julgamento de Jesus Cristo e Barrabás. É preciso ter equilíbrio. As redes sociais devem ser ouvidas, mas tem de seguir as convicções, porque o nível de informações que você tem é maior que a multidão como um todo.

O sr. será o relator da reforma da Previdência no Senado. Como vai conduzi-la?

A reforma é essencial. Só tenho medo porque está se apostando tudo nela. Ela é essencial para evitar que o País não caia no precipício, mas não resolve todos os problemas. Ela vai dar as condições para a gente crescer e tomar iniciativas. Há uma certa visão de que o governo precisa agir e motivar um crescimento econômico mais acelerado. Meu medo é de que fique essa expectativa de que passou e está tudo resolvido. Não está.

E o governo indicou alguma alternativa?

Até agora, não. Estamos na expectativa, mas, concretamente, ainda não. E acho que isso está quebrando o ânimo dos investidores do mercado, porque parece música de uma nota só: Previdência.

E a reforma tributária?

A reforma tributária é mais difícil de aprovar do que a da Previdência. Se ele (Bolsonaro) imagina uma reforma tributária que vai elevar a arrecadação, não é o que a população nem o setor produtivo estão esperando. Se o ministro da Economia (Paulo Guedes) conseguir aprovar isso em três anos, eu dou um beijo na testa dele.

O sr. defendeu o pacto entre os Poderes. É o caminho?

É uma boa iniciativa. No Brasil, está todo mundo contra todo mundo. É preciso, como sociedade, ter alguma visão comum de rumo de Estado, que as pessoas se compreendam e marchem para pontos que são comuns a todos. A iniciativa é boa, mas precisamos muito do saneamento, educação, que está parada, e é importante porque vivemos no mundo do conhecimento. Não adianta ter reforma da Previdência se não tiver uma população preparada para esse mundo novo da internet, da inteligência.

O sr. é um dos conselheiros de Davi Alcolumbre. Vai aconselhá-lo a assinar o acordo?

Não conheço o texto, mas imagino que seja mais de propósitos e intenções do que uma coisa concreta. Acho que vale como um gesto das autoridades. Mas não vejo muito sentido um papel escrito. Existe uma má vontade grande com o governo. Tanto no Senado como na Câmara e isso precisa ser desfeito.

Essa má vontade é normal em início de governo?

Claro que não. Há uma inexperiência enorme, falta de aptidão para governar muito grande e um desconhecimento da coisa pública. Isso é uma coisa inédita. Eu nunca vivi isso. É tão novo para mim quanto para um garoto de 18 anos que está chegando agora. E

ainda tem essa influência dos filhos (de Bolsonaro) de uma maneira negativa para o próprio governo, que cria um atrito e desestabiliza, que é contra o governo. Bolsonaro ainda não conseguiu cair a ficha: sou o presidente da República e é preciso estabilidade, que é importante cada coisa que falo e que tem reflexos e consequências. E precisamos ter a condição necessária para fazer as coisas acontecerem. No momento que cair essa ficha, as coisas vão melhorar e (ele pode) até dar umas palmadas nos filhos.

“Há inexperiência, falta de aptidão para governar e um desconhecimento da coisa pública. Nunca vivi isso.”

O PSDB já comandou o Ministério da Educação. Como o sr. vê o trabalho do atual ministro?

Eu pensei até que era brincadeira quando vi o ministro (Abraham Weintraub) cantando o musical de Gene Kelly. Isso é uma coisa que leva a uma frustração muito grande a quem está preocupado com o País. Dá um certo desânimo. A sensação que temos é de uma educação parada.

“A reforma (da Previdência) é essencial. Só tenho medo porque está se apostando tudo nela.”

“Ele (Bolsonaro) se complica muito se mantiver essa visão retrógrada em relação à liberdade das pessoas.”

O sr. foi relator da MP do Saneamento, que caducou. Como pretende reverter isso?

O saneamento está entre os problemas mais sérios no Brasil e, infelizmente, não é dada a relevância. Crianças brincam em cima do esgoto. A iniciativa privada precisa ser atraída para investir por uma razão simples: são necessários R\$ 550 bilhões nos próximos dez anos para chegar a 80% da cobertura.

O sr. vai apoiar o governador de São Paulo, João Doria, à Presidência em 2022?

É muito cedo. Qualquer governador de São Paulo é um “candidatável” a presidente. Mas minha vida política ensina que temos muita água para rolar embaixo da ponte até lá. Aprendi isso quando FHC era senador, não era lembrado para candidato à reeleição do Senado porque tinham opções mais fortes, e acabou virando presidente da República. Tem muita água para correr ainda.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro

Deputados dizem que Abraham Weintraub, da Educação, ‘induz ao erro’ ao falar sobre verbas para Museu Histórico Nacional

BRASÍLIA

O coordenador da bancada do Rio de Janeiro na Câmara, Hugo Leal (PSD-RJ), está sendo pressionado a cobrar uma retratação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, pela gravação de um vídeo em que responsabiliza os deputados fluminenses pela redução do valor de emendas para obras de recuperação do Museu Histórico Nacional, destruído por um incêndio no final do ano passado.

No vídeo, divulgado pelas redes sociais na semana passada, o ministro faz uma paródia do filme “Cantando na chuva” e diz estar “chovendo fake news”. Ele negou haver interferência do ministério na paralisação das obras de recuperação do Museu Nacional. “Haviam (sic) emendas parlamentares de R\$ 55 milhões para recuperar o Museu. A bancada do Rio resolveu reduzir em R\$ 12 milhões sobrando R\$ 43 milhões para as obras. Nada a ver com o MEC.”

Em entrevista ao Estado publicada na edição de ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também criticou a atitude de Weintraub. “Agora, tem rebelião na bancada do Rio. Boa parte vai votar a Previdência com o governo. Atacar a bancada porque botou uma emenda para o museu e a emenda foi contingenciada? Onde estamos?”, questionou.

Parte dos 46 deputados da bancada defende uma manifestação pública de Leal exigindo explicações do ministro. Eles acusam Weintraub de “distorcer a informação” ao responsabilizar a bancada pela redução nos valores. “O ministro precisa parar de palhaçada e de mentir para as pessoas e fazer seu trabalho”, afirmou o deputado Altineu Cortês (PL-RJ).

Os parlamentares argumentam que o ministro “induz ao erro” ao dizer que a bancada é responsável pela redução. “Não foi a bancada que reduziu os valores. Quem contingenciou foi o governo federal”, afirmou Hugo Legal. O coordenador explicou ter recebido uma solicitação do governo para indicar onde poderiam ser enxugados 21% dos recursos das emendas.

Leal afirmou ter optado por um corte linear, a fim de não prejudicar nenhum projeto específico por inteiro. Assim, houve cortes lineares em seis projetos da bancada: três com o Ministério da Educação, um com a Saúde, outro com a Justiça e um último com a Infraestrutura. Do total de R\$ 169,6 milhões em emendas, foram mantidos R\$ 132,9 milhões.

O pedido de retratação já foi discutido em grupos de WhatsApp da bancada, mas Leal pretende se reunir nesta semana com os colegas antes de cobrar oficialmente o ministro.

Ministério. O Ministério da Educação rebate as críticas dos deputados alegando que “o contingenciamento em emenda para Museu Nacional não foi aplicado pelo MEC”. O órgão diz que o bloqueio dos R\$ 11,9 milhões em emenda destinada ao Museu Nacional “foi realizado pela bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados”. “Tal procedimento não é da competência do Ministério da Educação.”

“Todas as emendas impositivas foram contingenciadas pelo governo federal, conforme legislação. Os parlamentares e suas bancadas escolhem em quais emendas de suas competências vão priorizar”, diz nota do MEC. “No entanto, até o momento, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – responsável pelo Museu - não apresentou o plano de trabalho para o início das obras, ou seja, o valor disponibilizado só será liberado após a conclusão e aprovação do plano”, completa.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Brasil quer mudar governança em Fundo Amazônia

Os seis assentos restantes pertencem à sociedade civil: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). As ONGs ambientalistas contam com uma cadeira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6289977/brasil-quer-mudar-governanca-em-fundo-amazonia>

topo ↕

METRO - RS - NOTÍCIAS

The Book is on the Table

Seis professores da rede pública municipal preparam as malas para uma temporada de seis semanas nos Estados Unidos. A viagem é sem ônus para o município. Passagens, estadias e o curso do Programa Fulbright são pagos pelo **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Todos foram selecionados por meio de um edital. Na bagagem, trarão o aprimoramento no desenvolvimento de metodologias no ensino da língua inglesa.

topo ↕

BRASÍLIA DE FATO - TEMPO REAL

Como os cortes ameaçam pesquisas, aprofundam a recessão e condenam país ao atraso

Ataques do governo Bolsonaro põem em risco estudos de longo prazo e provocam fuga de pesquisadores para o exterior

Com economia estagnada, consumo em baixa, investimento privado fortemente contraído, 12,5% da população desempregada e subutilização recorde da força de trabalho, o Brasil beira a recessão, como reforça a sequência de rebaixamentos do Produto Interno Bruto (PIB). Para muitos estudiosos e as principais entidades da área, o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é a estrada para sair dessa condição de maneira consistente.

Em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) endossou esse entendimento, mas parece que o presidente Jair Bolsonaro não pensa assim.

Ao responder um questionário da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) na campanha, ele prometeu elevar a 3% os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que depois de período de crescimento vêm patinando em torno de 1,2%. As ações do novo governo, no entanto, vão na direção oposta. O corte orçamentário para a área, anunciado em 29 de março, foi de 42,3%, quase o dobro da média do contingenciamento orçamentário, que foi de 23%.

Um levantamento obtido pelo Brasil de Fato constatou que apenas 16,9% do orçamento de CT&I do ministério foram liquidados até 29 de abril (uma ação é considerada liquidada quando cumpriu todos os trâmites para ser paga). Esse acompanhamento diz respeito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), à administração direta da pasta, ao CNPq e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – exclui, portanto, as rubricas relativas à área de comunicações.

“Nos últimos dois a três anos vem ocorrendo uma queda muito forte, de mais de 40%, nas duas principais fontes que financiam a ciência e tecnologia no Brasil: o FNDCT,

que é administrado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que financia basicamente a formação de pessoas – bolsa de doutorado, pós-doutorado etc.”, diz a pesquisadora Fernanda De Negri, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Avançada)

Autora de livro sobre os desafios da inovação, ela pondera que, embora seja importante aumentar a injeção de recursos privados em pesquisa, nos países em que esse indicador alcança taxas mais elevadas isso se dá principalmente por conta do desenvolvimento de produtos. “A fonte pública é essencial na pesquisa científica de alto nível”, analisa.

No questionário respondido na campanha, Bolsonaro se comprometeu também a não contingenciar o FNDCT. Entretanto, na análise das contas, o fundo consta com apenas R\$ 217,7 milhões liquidados, o correspondente a 5% dos R\$ 4,2 bilhões previstos no Orçamento. A pujança do fundo já havia sofrido um abalo estrutural com a Lei 12.858/2013, que redirecionou os royalties do petróleo à educação e à saúde.

Desconstrução

Uma carta de seis das maiores entidades da área, encaminhadas a quatro ministros e aos presidentes da Câmara e do Senado, ressalta que a pesquisa pública proporciona um retorno de 3 a 8 vezes o valor do investimento. O documento aponta a “desconstrução” do desenvolvimento científico e tecnológico do país, e afirma que são as equipes de pesquisa que permitem “enfrentar epidemias emergentes, aumentar a expectativa de vida da população, buscar novas fontes de energia, garantir a segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações”.

“Cortar gastos não é a única maneira de reduzir a relação entre dívida pública e PIB”, assinala o texto. “Outros países já descobriram que existe uma alternativa: investir em pesquisa e desenvolvimento para aumentar o PIB. É imperiosa a revisão desses cortes, que atingem o desenvolvimento, a segurança e a soberania nacionais”.

Entre as nações que optaram por essa outra trilha, costumam ser lembrados os exemplos de Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, China e Coreia do Sul.

“Nos anos 70, Brasil e Coreia tinham mais ou menos o mesmo nível de renda per capita, o mesmo nível de produtividade, e a Coreia decolou e o Brasil parou”, compara Fernanda De Negri. “Eles investiram num plano de longo prazo de educação que faz sentido – que não é ideológico, como alguns estão querendo agora, é um plano de educação de formar as pessoas – e um plano de ciência e tecnologia no longo prazo também.”

Há duas semanas, a Alemanha anunciou uma injeção extra de 2 bilhões de euros por ano no ensino superior e em pesquisa científica, de 2021 a 2030, para garantir a “prosperidade em longo prazo”.

“É um paradoxo”, diz o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Emmanuel Tourinho, sobre a austeridade aplicada à CT&I. “É como se estivéssemos condenando o país a ficar muito mais tempo nessa crise.”

De Negri, do Ipea, destaca que o problema vai além de deixar a descoberto iniciativas

importantes para o futuro do país – passa pela necessidade de um cenário estável ao longo do tempo dessas atividades.

“O processo de formação de pesquisadores leva tempo. Reduzindo muito o orçamento de uma hora para a outra, você interrompe a formação das pessoas no meio. E as próprias linhas de pesquisa precisam ter certa previsibilidade”, diz.

“Nos Estados Unidos, alguém que faz pesquisa na área de câncer sabe que o Instituto Nacional do Câncer vai ter US\$ 5 a 6 bilhões por ano para financiar. No Brasil, você não sabe se vai ter recurso na área de saúde – seja em câncer, em AIDS, em dengue. Pesquisas de fôlego exigem um prazo maior para realmente ter impacto social.”

Na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que acaba de lançar uma tecnologia de testagem rápida para dengue, zika e chikungunya, as investigações científicas sobre esses e outros problemas sanitários encontram-se em risco.

“A formação de grupos de pesquisa competentes custou décadas de esforço nacional”, alerta a carta das entidades científicas. “Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país.” As signatárias encabeçam a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), que reúne 60 organizações para um corpo a corpo visando sensibilizar parlamentares para essas questões.

Planejamento versus incerteza

A doutoranda Marina Fonseca, de 28 anos, confirma que desestabilizações como as deste trimestre estressam quem está na ponta das políticas públicas. Fonseca formou-se em Biologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2014. Seu período na Universidade de Liverpool, Inglaterra, pelo Ciência sem Fronteiras, levou-a a se mudar de Fortaleza para a capital paulista, para cursar mestrado no Laboratório de Genética Molecular Bacteriana da Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisadora recorda que teve que trabalhar numa loja para se manter nos períodos em que ficou sem bolsa. Hoje ela recebe R\$ 3.100 mensais da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), R\$ 900 acima do pago pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, cujo auxílio está há seis anos sem reajuste e vem passando por intermitências.

“Meu sonho de vida é um dia ser professora de uma universidade pública no Brasil, para retribuir tudo que o governo já fez por mim”, comenta. “Mas nesse cenário fica complicado, porque a bolsa da **Capes** é indispensável para prosseguir na formação. Para o meu plano de vida, não tenho como fugir: o pós-doutorado é o caminho, é a minha promoção.”

Ela diz que é usual professores universitários cursarem dois ou três pós-docs e que, diante das atuais incertezas, pensa em cumprir essa etapa fora do país, com remuneração pela instituição de destino.

A situação se repete no CNPq, a outra principal agência de fomento, que, além dos problemas no apoio direto aos pós-graduandos, cancelou sua Chamada Universal – o

carro-chefe do fomento à pesquisa, tradicionalmente anual – em 2015 e pulou 2017. A de 2018 está com o pagamento pendente, e a de 2019, suspensa.

“Nossos pesquisadores não estão conseguindo captar recursos para projetos”, relata o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, afirmando que o CNPq está sem condições de honrar até compromissos assumidos no passado. “Temos equipes competentes de pesquisa parcialmente ociosas em todos os campos do conhecimento.” Para a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o sistema encontra-se à beira do colapso. O assunto vem tendo repercussão negativa de alcance internacional.

O Brasil de Fato procurou o Ministério para se posicionar sobre a situação dos institutos, agências e grandes projetos ligados à pasta; sobre as reiteradas declarações do presidente Bolsonaro e do ministro da Educação. Abraham Weintraub contra as ciências humanas e a produção científica; e sobre a busca de alternativas que evitassem os cortes. As questões não foram respondidas.

Crises gêmeas

A crise da CT&I se entrelaça fortemente com a do ensino superior. Segundo o Jornal da USP, as universidades públicas representam 43 das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos – uma contribuição que supera 95% do total, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich.

“A situação dos laboratórios de pesquisa, em especial daqueles que precisam de insumos, equipamentos mais sofisticados, animais etc., está cada vez mais grave”, relata a bioquímica Débora Foguel, do Laboratório de Agregação de Proteínas e Amiloidoses (Lapa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ela explica que muitos editais preveem recursos para dois a três anos, de modo que, quando um projeto sofre um corte, tais recursos representam “gordura acumulada” para queimar. Porém, depois de muitos anos sem aporte, não dá para evitar “cortar na carne”.

“Isso significa deixar de fazer experimentos, novos projetos ou, como no meu caso, mandar um aluno e o projeto para o laboratório de um colaborador (foi para a Alemanha)”, descreve a pesquisadora. Sua unidade procura entender processos que são componentes de doenças como Parkinson, Alzheimer, catarata e diabetes tipo 2.

“Os estudantes estão desanimados e trazem no rosto estampada a mácula da dúvida e do desalento com a carreira acadêmica e seu baixo prestígio no país”, lamenta. Ela acrescenta que a seca de concursos se soma à falta de mercado para doutores nas empresas, enquanto em outros países elas absorvem 80% a 90% dessa mão de obra qualificada.

Segundo conta, muitos jovens recém-contratados retornam para o laboratório de seus

ex-orientadores fora do Brasil. “Perder um doutor para o exterior tem um impacto incalculável num país que precisa de doutores. Além de tudo que já se investiu na formação daquela pessoa, ela deixará de formar mais dez a 20 doutores em sua vida de trabalho acadêmico útil.”

A situação não é diferente nos cinco institutos ligados a ministérios (Embrapa, Fiocruz, CBPF, Inpa e Inpe) que integram a lista dos 50 líderes em produção científica. Além das restrições orçamentárias - que cancelam colaborações internacionais, adiam reformas inadiáveis e trancam os espaços voltados ao público -, o quadro de pessoal é um problema à parte.

Diagnóstico divulgado pelo Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de Ciência e Tecnologia (Fórum de C&T) previa redução do quadro à metade até 2020 por aposentadorias, deserções e falta de concursos. O levantamento contabilizou 24.625 servidores na ativa em maio de 2017, dos quais mais de metade já perto de pendurar os microscópios. A entidade conclui que “as instituições de CTI nacionais estão em pleno processo de extinção por causa da ausência de uma política de manutenção da força de trabalho”.

Premissas

O presidente da República e os ministros da Educação e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, têm atribuído baixa eficácia à pesquisa e ao ensino superior brasileiros, defendendo a priorização de áreas de retorno supostamente imediato para a economia e a sociedade. Os entrevistados desta matéria indicam que essas simplificações levam a premissas erradas.

Emmanuel Tourinho põe em xeque a subvalorização dos campos de conhecimento humanos e sociais. “Qualquer dos problemas centrais para as sociedades contemporâneas exige esforço multidisciplinar para ser enfrentado. Os processos que levam ao aquecimento global, as populações nas áreas de conservação ambiental, o debate de mobilidade urbana”, lista.

Marina Fonseca argumenta que a fronteira entre ciência básica e aplicada não é definida, e que as duas dimensões compõem uma via de mão dupla.

“Eu estava estudando os elementos genéticos da bactéria *Proteus mirabilis*, para entender as mutações dessa espécie, e descobri que muitas tinham resistência a um antibiótico muito usado contra infecção urinária”, exemplifica.

Fernanda De Negri questiona a cobrança de “retorno imediato”: “Pesquisa científica e tecnológica dá retorno sim, na sociedade, a longo prazo – dá muito retorno, os países ricos são ricos por causa disso. É uma visão míope investir achando que você vai ter retorno no dia de amanhã”.

Edição: João Paulo Soares

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores brasileiros estudam pegadas de animais pré-históricos descobertas nos Estados Unidos

Vestígios demonstram presença de espécie dependente de água em área desértica, comenta pesquisadora e professora. Continuidade dos estudos depende de financiamento.

Por G1 RS

Pesquisadores do Rio Grande do Sul descobriram e estão estudando vestígios deixados

por animais pré-históricos no Grand Canyon, nos Estados Unidos. A professora Paula Dentzien, da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), e o pesquisador Heitor Francischini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), encontraram pegadas de diadectomorfos nas rochas do parque norte-americano, constatação que traz novas informações sobre a evolução.

"Esses resultados são só a ponta do iceberg", conta Paula.

Os diadectomorfos são o link entre os anfíbios e os amniotas (animais adaptados ao ambiente terrestre, sem necessariamente precisar de água). Eles viveram no período Permiano, há aproximadamente 280 milhões de anos, e mediam cerca de um metro de comprimento, da cabeça até a cauda. A presença de pegadas da espécie em um ambiente desértico foi uma surpresa.

Os pesquisadores estavam em uma temporada de estudos e trabalho nos Estados Unidos, quando decidiram visitar uma trilha do Grand Canyon, sabendo que ali ocorriam pegadas fósseis. "Durante essa trilha, o Heitor reconheceu que a morfologia de algumas pegadas era completamente diferente das pegadas esperadas para o ambiente desértico".

Como animais que dependem de água conseguiam viver no ambiente desértico é algo que ainda precisa ser pesquisado, explica Paula. "Para conseguirmos compreender melhor esse grupo ainda vamos precisar de muito estudo e novos achados", comenta.

O estudo é realizado por pesquisadores dos Estados Unidos e da Alemanha, além dos dois estudiosos brasileiros.

Reconstruir a história

Paula comenta que a descoberta é importante para o estudo evolutivo. "Ela nos faz pensar em que momento surgiram as adaptações para se viver em um ambiente desértico. As teorias clássicas apontavam que só os amniotas tinham essa capacidade", comenta.

"No entanto as pegadas encontradas podem ajudar a reconstruir essa história. Apesar de não resolvermos este problema, trouxemos novos elementos para essa discussão", acrescenta.

O prosseguimento do estudo, comenta Paula, depende de financiamento de órgãos apoiadores de pesquisa. "Agora estamos vivendo momento difíceis", desabafa, sobre os cortes anunciados pelo governo federal no setor.

As pesquisas que permitiram a descoberta das pegadas tiveram o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

"No momento, estamos com projetos aqui no Brasil, mas que não contemplam a volta para os EUA", diz Paula. "No momento não temos perspectiva [de retornar aos EUA]. Estamos vivendo momentos de contingenciamento", diz.

topo ↕

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

Contra 'balbúrdia', professor cria diário e narra dias na universidade

Ele relata atividades diárias e sai em defesa dos demais servidores públicos da universidade, ameaçados com os cortes orçamentários

“O dia começa antes do expediente, planejando e agendando as atividades da semana que vão incluir ensino: aulas, correção de provas, preparação de trabalhos e reuniões com outros professores; pesquisa: análise de resultados, estudo para novas investigações, orientação de estudantes, redação de artigos científicos para publicação e reuniões com grupos de pesquisa; na extensão: reuniões para organização de um evento de divulgação científica, novos projetos de extensão, e administração: participação em comissões e reuniões de planejamento.”

Este é o resumo de uma segunda-feira na vida do professor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo, Moacir Antonelli Ponte. Em um momento em que as universidades, professores e estudantes são enquadrados em narrativas de balbúrdia que colocam em xeque a atividade universitária, Ponte teve a ideia de criar uma página para relatar o seu dia a dia na instituição.

Em uma página criada na plataforma Medium, o professor fez ao menos cinco posts para relatar a semana de 6 a 10 de maio. Um dos textos foi feito no dia em que o governo Bolsonaro anunciou o bloqueio das bolsas de estudo da **Capes**, momento em que o professor se diz “profundamente preocupado”.

“Há dias felizes, mas hoje é definitivamente triste. Com tanto potencial na universidade para educar, criar, desenvolver e inovar, constatar que essa não é uma prioridade dos nossos representantes traz desânimo e acaba por deixar amargo esse fim de quarta-feira (apesar dos doces). E esse amargor não parece que vai embora tão cedo. Apesar disso, amanhã há de ser outro dia — outra música que vem à cabeça num contexto como o de hoje — e terá mais aula, mais trabalho e mais universidade pública resistindo”, publicou no dia 8 de maio.

O professor também utilizou o espaço para defender os demais funcionários públicos que compõem a universidade e também podem ser afetados pelos cortes orçamentários: “Como docente, sou funcionário público, mas há também os servidores não docentes: o quadro técnico-administrativo, sem os quais seria impossível existir universidade. Apesar da má fama que esta categoria possa ter, aqui trabalho com pessoas extremamente competentes, que fazem gestão administrativa, financeira, de infraestrutura, auxiliam as tarefas acadêmicas, e tantas outras. Somos fiscalizados pelo tribunal de contas que olha tudo nos mínimos detalhes, principalmente o destino e aplicação dos recursos financeiros para as necessidades da universidade”, relatou.

Ponte aborda ainda a categoria dos trabalhadores terceirizados, em particular os encarregados pela segurança e limpeza. “São pessoas fundamentais para que tudo funcione bem. Se esses serviços falharem por um dia, todos sentem o impacto”, atesta.

“O pagamento das empresas que contratam esses funcionários sai das despesas de custeio. Essa verba é uma das afetadas com os cortes previstos para esse ano nas universidades federais, e pode significar uma precarização desses serviços, com a provável necessidade de contratar serviços mais baratos, pressionando os salários já baixos dessas pessoas. Por isso é tão revoltante: quando se usa ‘contingenciamento’

desses recursos (pra mim isso está mais para sequestro, extorsão) em nome da aprovação à força de uma determinada agenda, seja ela qual for, além de afetar a educação, coloca-se em jogo a vida de muitas pessoas”.

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Como os cortes ameaçam pesquisas, aprofundam recessão e condenam país ao atraso

Com economia estagnada, consumo em baixa, investimento privado fortemente contraído, 12,5% da população desempregada e subutilização recorde da força de trabalho, o Brasil beira a recessão, como reforça a sequência de rebaixamentos do Produto Interno Bruto (PIB). Para muitos estudiosos e as principais entidades da área, o investimento em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é a estrada para sair dessa condição de maneira consistente.

Em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) endossou esse entendimento, mas parece que o presidente Jair Bolsonaro não pensa assim.

Ao responder um questionário da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) na campanha, ele prometeu elevar a 3% os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que depois de período de crescimento vêm patinando em torno de 1,2%. As ações do novo governo, no entanto, vão na direção oposta. O corte orçamentário para a área, anunciado em 29 de março, foi de 42,3%, quase o dobro da média do contingenciamento orçamentário, que foi de 23%.

Levantamento obtido pelo Brasil de Fato constata que apenas 16,9% do orçamento de CT&I do ministério foram liquidados até 29 de abril (uma ação é considerada liquidada quando cumpriu todos os trâmites para ser paga). Esse acompanhamento diz respeito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), à administração direta da pasta, ao CNPq e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – exclui, portanto, as rubricas relativas à área de comunicações.

“Nos últimos dois a três anos vem ocorrendo uma queda muito forte, de mais de 40%, nas duas principais fontes que financiam a ciência e tecnologia no Brasil: o FNDCT, que é administrado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que financia basicamente a formação de pessoas – bolsa de doutorado, pós-doutorado etc.”, diz a pesquisadora Fernanda De Negri, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Avançada)

Autora de livro sobre os desafios da inovação, ela pondera que, embora seja importante aumentar a injeção de recursos privados em pesquisa, nos países em que esse indicador alcança taxas mais elevadas isso se dá principalmente por conta do desenvolvimento de produtos. “A fonte pública é essencial na pesquisa científica de alto nível”, analisa.

No questionário respondido na campanha, Bolsonaro se comprometeu também a não contingenciar o FNDCT. Entretanto, na análise das contas, o fundo consta com apenas R\$ 217,7 milhões liquidados, o correspondente a 5% dos R\$ 4,2 bilhões previstos no Orçamento. A pujança do fundo já havia sofrido um abalo estrutural com a Lei 12.858/2013, que redirecionou os royalties do petróleo à educação e à saúde.

Desconstrução

Carta de seis das maiores entidades da área, encaminhadas a quatro ministros e aos presidentes da Câmara e do Senado, ressalta que a pesquisa pública proporciona um retorno de 3 a 8 vezes o valor do investimento. O documento aponta a “desconstrução” do desenvolvimento científico e tecnológico do país, e afirma que são as equipes de pesquisa que permitem “enfrentar epidemias emergentes, aumentar a expectativa de vida da população, buscar novas fontes de energia, garantir a segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações”.

“Cortar gastos não é a única maneira de reduzir a relação entre dívida pública e PIB”, assinala o texto. “Outros países já descobriram que existe uma alternativa: investir em pesquisa e desenvolvimento para aumentar o PIB. É imperiosa a revisão desses cortes, que atingem o desenvolvimento, a segurança e a soberania nacionais.”

Entre as nações que optaram por essa outra trilha, costumam ser lembrados os exemplos de Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, China e Coreia do Sul.

“Nos anos 70, Brasil e Coreia tinham mais ou menos o mesmo nível de renda per capita, o mesmo nível de produtividade, e a Coreia decolou e o Brasil parou”, compara Fernanda De Negri. “Eles investiram num plano de longo prazo de educação que faz sentido – que não é ideológico, como alguns estão querendo agora, é um plano de educação de formar as pessoas – e um plano de ciência e tecnologia no longo prazo também.”

Há duas semanas, a Alemanha anunciou uma injeção extra de 2 bilhões de euros por ano no ensino superior e em pesquisa científica, de 2021 a 2030, para garantir a “prosperidade em longo prazo”.

“É um paradoxo”, diz o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Emmanuel Tourinho, sobre a austeridade aplicada à CT&I. “É como se estivéssemos condenando o país a ficar muito mais tempo nessa crise.”

De Negri, do Ipea, destaca que o problema vai além de deixar a descoberto iniciativas importantes para o futuro do país – passa pela necessidade de um cenário estável ao longo do tempo dessas atividades.

“O processo de formação de pesquisadores leva tempo. Reduzindo muito o orçamento de uma hora para a outra, você interrompe a formação das pessoas no meio. E as próprias linhas de pesquisa precisam ter certa previsibilidade”, diz.

“Nos Estados Unidos, alguém que faz pesquisa na área de câncer sabe que o Instituto Nacional do Câncer vai ter US\$ 5 a 6 bilhões por ano para financiar. No Brasil, você não sabe se vai ter recurso na área de saúde – seja em câncer, em AIDS, em dengue. Pesquisas de fôlego exigem um prazo maior para realmente ter impacto social.”

Na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que acaba de lançar uma tecnologia de testagem rápida para dengue, zika e chikungunya, as investigações científicas sobre esses e outros problemas sanitários encontram-se em risco.

“A formação de grupos de pesquisa competentes custou décadas de esforço nacional”,

alerta a carta das entidades científicas. “Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país.” As signatárias encabeçam a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), que reúne 60 organizações para um corpo a corpo visando sensibilizar parlamentares para essas questões.

Planejamento versus incerteza

A doutoranda Marina Fonseca, de 28 anos, confirma que desestabilizações como as deste trimestre estressam quem está na ponta das políticas públicas. Fonseca formou-se em Biologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2014. Seu período na Universidade de Liverpool, Inglaterra, pelo Ciência sem Fronteiras, levou-a a se mudar de Fortaleza para a capital paulista, para cursar mestrado no Laboratório de Genética Molecular Bacteriana da Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisadora recorda que teve que trabalhar numa loja para se manter nos períodos em que ficou sem bolsa. Hoje ela recebe R\$ 3.100 mensais da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), R\$ 900 acima do pago pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, cujo auxílio está há seis anos sem reajuste e vem passando por intermitências.

“Meu sonho de vida é um dia ser professora de uma universidade pública no Brasil, para retribuir tudo que o governo já fez por mim”, comenta. “Mas nesse cenário fica complicado, porque a bolsa da **Capes** é indispensável para prosseguir na formação. Para o meu plano de vida, não tenho como fugir: o pós-doutorado é o caminho, é a minha promoção.”

Ela diz que é usual professores universitários cursarem dois ou três pós-docs e que, diante das atuais incertezas, pensa em cumprir essa etapa fora do país, com remuneração pela instituição de destino.

A situação se repete no CNPq, a outra principal agência de fomento, que, além dos problemas no apoio direto aos pós-graduandos, cancelou sua Chamada Universal – o carro-chefe do fomento à pesquisa, tradicionalmente anual – em 2015 e pulou 2017. A de 2018 está com o pagamento pendente, e a de 2019, suspensa.

“Nossos pesquisadores não estão conseguindo captar recursos para projetos”, relata o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, afirmando que o CNPq está sem condições de honrar até compromissos assumidos no passado. “Temos equipes competentes de pesquisa parcialmente ociosas em todos os campos do conhecimento.” Para a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o sistema encontra-se à beira do colapso. O assunto vem tendo repercussão negativa de alcance internacional.

O Brasil de Fato procurou o Ministério para se posicionar sobre a situação dos institutos, agências e grandes projetos ligados à pasta; sobre as reiteradas declarações do presidente Bolsonaro e do ministro da Educação. Abraham Weintraub contra as ciências humanas e a produção científica; e sobre a busca de alternativas que evitassem os cortes. As questões não foram respondidas.

Crises gêmeas

A crise da CT&I se entrelaça fortemente com a do ensino superior. Segundo o Jornal da

USP, as universidades públicas representam 43 das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos – uma contribuição que supera 95% do total, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich.

“A situação dos laboratórios de pesquisa, em especial daqueles que precisam de insumos,

equipamentos mais sofisticados, animais etc., está cada vez mais grave”, relata a bioquímica Débora Foguel, do Laboratório de Agregação de Proteínas e Amiloidoses (Lapa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ela explica que muitos editais preveem recursos para dois a três anos, de modo que, quando um projeto sofre um corte, tais recursos representam “gordura acumulada” para queimar. Porém, depois de muitos anos sem aporte, não dá para evitar “cortar na carne”.

“Isso significa deixar de fazer experimentos, novos projetos ou, como no meu caso, mandar um aluno e o projeto para o laboratório de um colaborador (foi para a Alemanha)”, descreve a pesquisadora. Sua unidade procura entender processos que são componentes de doenças como Parkinson, Alzheimer, catarata e diabetes tipo 2.

“Os estudantes estão desanimados e trazem no rosto estampada a mácula da dúvida e do desalento com a carreira acadêmica e seu baixo prestígio no país”, lamenta. Ela acrescenta que a seca de concursos se soma à falta de mercado para doutores nas empresas, enquanto em outros países elas absorvem 80% a 90% dessa mão de obra qualificada.

Segundo conta, muitos jovens recém-contratados retornam para o laboratório de seus ex-orientadores fora do Brasil. “Perder um doutor para o exterior tem um impacto incalculável num país que precisa de doutores. Além de tudo que já se investiu na formação daquela pessoa, ela deixará de formar mais dez a 20 doutores em sua vida de trabalho acadêmico útil.”

A situação não é diferente nos cinco institutos ligados a ministérios (Embrapa, Fiocruz, CBPF, Inpa e Inpe) que integram a lista dos 50 líderes em produção científica. Além das restrições orçamentárias – que cancelam colaborações internacionais, adiam reformas inadiáveis e trancam os espaços voltados ao público -, o quadro de pessoal é um problema à parte.

Diagnóstico divulgado pelo Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de Ciência e Tecnologia (Fórum de C&T) previa redução do quadro à metade até 2020 por aposentadorias, deserções e falta de concursos. O levantamento contabilizou 24.625 servidores na ativa em maio de 2017, dos quais mais de metade já perto de pendurar os microscópios. A entidade conclui que “as instituições de CTI nacionais estão em pleno processo de extinção por causa da ausência de uma política de manutenção da força de trabalho”.

Premissas

O presidente da República e os ministros da Educação e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni,

têm atribuído baixa eficácia à pesquisa e ao ensino superior brasileiros, defendendo a priorização de áreas de retorno supostamente imediato para a economia e a sociedade. Os entrevistados desta matéria indicam que essas simplificações levam a premissas erradas.

Emmanuel Tourinho põe em xeque a subvalorização dos campos de conhecimento humanos e sociais. “Qualquer dos problemas centrais para as sociedades contemporâneas exige esforço multidisciplinar para ser enfrentado. Os processos que levam ao aquecimento global, as populações nas áreas de conservação ambiental, o debate de mobilidade urbana”, lista.

Marina Fonseca argumenta que a fronteira entre ciência básica e aplicada não é definida, e que as duas dimensões compõem uma via de mão dupla.

“Eu estava estudando os elementos genéticos da bactéria *Proteus mirabilis*, para entender as mutações dessa espécie, e descobri que muitas tinham resistência a um antibiótico muito usado contra infecção urinária”, exemplifica.

Fernanda De Negri questiona a cobrança de “retorno imediato”: “Pesquisa científica e tecnológica dá retorno sim, na sociedade, a longo prazo – dá muito retorno, os países ricos são ricos por causa disso. É uma visão míope investir achando que você vai ter retorno no dia de amanhã”.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro da Educação Deputados dizem que Abraham Weintraub ‘induz ao erro’ ao falar sobre verbas para Museu Nacional

BRASÍLIA - O coordenador da bancada do Rio na Câmara, Hugo Leal (PSD-RJ), está sendo pressionado a cobrar uma retratação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, pela gravação de um vídeo em que responsabiliza os deputados fluminenses pela redução do valor de emendas para obras de recuperação do Museu Nacional, destruído por um incêndio no final do ano passado.

No vídeo, divulgado pelas redes sociais na semana passada, o ministro faz uma paródia do filme *Cantando na chuva* e diz estar “chovendo fake news”. Ele negou haver interferência do ministério na paralisação das obras de recuperação do Museu Nacional. “Haviam (sic) emendas parlamentares de R\$ 55 milhões para recuperar o Museu. A bancada do Rio resolveu reduzir em R\$ 12 milhões sobrando R\$ 43 milhões para as obras. Nada a ver com o MEC.”

Em entrevista ao Estado publicada na edição desta segunda-feira, 3, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também criticou a atitude de Weintraub. “Agora, tem rebelião na bancada do Rio. Boa parte vai votar a Previdência com o governo. Atacar a bancada porque botou uma emenda para o museu e a emenda foi contingenciada? Onde estamos?”, questionou.

Parte dos 46 deputados da bancada defende uma manifestação pública de Leal exigindo explicações do ministro. Eles acusam Weintraub de “distorcer a informação” ao responsabilizar a bancada pela redução nos valores. “O ministro precisa parar de palhaçada e de mentir para as pessoas e fazer seu trabalho”, afirmou o deputado Altineu

Cortês (PL-RJ).

Os parlamentares argumentam que o ministro “induz ao erro” ao dizer que a bancada é responsável pela redução. “Não foi a bancada que reduziu os valores. Quem contingenciou foi o governo federal”, afirmou Hugo Legal. O coordenador disse ter recebido uma solicitação do governo para indicar onde poderiam ser enxugados 21% dos recursos das emendas.

Leal afirmou ter optado por um corte linear, a fim de não prejudicar nenhum projeto específico por inteiro. Assim, houve cortes lineares em seis projetos da bancada: três com o Ministério da Educação, um com a Saúde, outro com a Justiça e um último com a Infraestrutura. Do total de R\$ 169,6 milhões em emendas, foram mantidos R\$ 132,9 milhões.

O pedido de retratação já foi discutido em grupos de WhatsApp da bancada, mas Leal pretende se reunir nesta semana com os colegas antes de cobrar oficialmente o ministro.

O Ministério da Educação rebate as críticas dos deputados alegando que “o contingenciamento em emenda para Museu Nacional não foi aplicado pelo MEC”. O órgão diz que o bloqueio dos R\$ 11,9 milhões em emenda destinada ao Museu Nacional “foi realizado pela bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados”. “Tal procedimento não é da competência do Ministério da Educação.”

“Todas as emendas impositivas foram contingenciadas pelo governo federal, conforme legislação. Os parlamentares e suas bancadas escolhem em quais emendas de suas competências vão priorizar”, diz nota do MEC. “No entanto, até o momento, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – responsável pelo museu - não apresentou o plano de trabalho para o início das obras, ou seja, o valor disponibilizado só será liberado após a conclusão e aprovação do plano”, completa.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Pimenta desafia dono da Havan a apoiar seu projeto que taxa donos de jatinhos

O deputado federal Paulo Pimenta, líder da bancada do PT na Câmara, desafiou o empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan, a apoiar seu projeto para que aviões, helicópteros, iates, lanchas e jet ski paguem IPVA. O desafio foi feito em vídeo divulgado nas redes sociais por Pimenta após o deputado saber que o apoiador de Bolsonaro "havia comprado um dos aviões mais caros do mundo para o padrão de jato executivo".

"Ele reagiu gravando um vídeo tentando me intimidar, pedindo que eu provasse que ele parcelou uma dívida em 105 anos. Mas ele se confundiu, gente. Meu vídeo é sobre outro assunto. Quem fala sobre a dívida foi a Folha de S.Paulo", disse o parlamentar do Rio Grande do Sul.

O líder do PT vai propor urgência para a tramitação do projeto de lei complementar (PLP 219/16) que cria um imposto semelhante ao IPVA para proprietários de embarcações e aeronaves. Pelos cálculos feitos pelo Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), o País poderia arrecadar cerca de R\$ 5 bilhões por ano com o tributo.

"Essa tributação, além de corrigir distorções, seria suficiente, por exemplo, para evitar os cortes no orçamento das universidades e institutos federais", argumentou Pimenta, autor do PLP 219.

O corte de recursos para a educação pública no governo Bolsonaro já provocou manifestações e protestos de norte a sul do Brasil, com milhares de estudantes, pais, professores e comunidade acadêmica nas ruas pela educação. Ao todo, foram cortados R\$ 7,9 bilhões, sendo R\$ 2,4 da educação básica. As universidades públicas perdem R\$ 2,2 bilhões, o corte nos institutos federais é de R\$ 1 bilhão, o financiamento estudantil (Fies) perdeu R\$ 1,1 bilhão, os Hospitais universitário R\$ 175 milhões e orçamento para o programa de bolsas de metrado (**Capes**) encolheu R\$ 800 milhões. Os R\$ 5 bilhões de taxaço sobre bens de luxo cobririam os cortes nas instituições de ensino federais.

Ao defender a urgência para o PLP, Paulo Pimenta explicou que a ausência do imposto para embarcações e aeronaves provocou uma "grave distorção". "O cidadão que tem um carro popular paga, anualmente, o IPVA por aquela propriedade, mas aquele que tem um helicóptero, um iate ou um avião particular, não paga nenhum imposto. Isso é uma relação desigual e injusta, do ponto de vista tributário", criticou.

Pimenta frisou ainda que o imposto será uma "fonte alternativa" de arrecadação, que não irá penalizar os cidadãos mais tributados. "À medida que ampliamos a base tributária, evitamos punir quem já paga imposto", completou.

Também de autoria de petista, tramita na Câmara a PEC 140/12, de mesmo teor – que cria o IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos, como jatinhos, helicópteros, lanchas e iates particulares. De autoria do deputado Assis Carvalho (PT-PI), a PEC já teve a sua constitucionalidade admitida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Atualmente, o IPVA incide apenas sobre veículos terrestres. "Estamos fazendo um ajuste na legislação para permitir um tratamento igualitário para todos os veículos automotores, independentemente de ele trafegar em terra, água o ar", afirmou Assis Carvalho.

Com informações do PT na Câmara

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir desta terça-feira

Alunos que participaram do Enem e não tiraram zero na redação podem se candidatar a oportunidades em 1.731 cursos a partir desta terça-feira (4/6). É a maior oferta em 10 anos, segundo o ministério

Ingrid Soares

Fernando Lopes/CB/D.A Press Os estados com mais vagas são Rio de Janeiro, com 12.973; Minas Gerais, com 8.479; Bahia, com 6.745; e Paraíba, com 5.990 vagas

Começam nesta terça-feira (4/6) as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Segundo o Ministério da Educação (MEC), a segunda etapa do programa em 2019 tem a maior oferta em 10 anos. São 59.028 vagas, em 1.731 cursos e 76 instituições participantes. Os interessados têm até sexta-feira para se candidatar, por meio do site sisu.mec.gov.br. O resultado será divulgado em 10 de junho. Os

participantes poderão ainda conferir a lista de espera entre 11 e 17 de junho.

Os estados com mais vagas são Rio de Janeiro, com 12.973; Minas Gerais, com 8.479; Bahia, com 6.745; e Paraíba, com 5.990 vagas. A instituição com maior número de oportunidades é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que oferece 4.388 vagas. No Distrito Federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) tem 480 oportunidades disponíveis para os cursos de administração, agroecologia, biologia, eventos, gestão pública, processos gerenciais, sistemas para internet e matemática.

De acordo com o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, o bloqueio de R\$ 1,704 bilhão no orçamento das universidades e institutos federais não surtiu impacto na admissão de novos alunos. “Não temos notícia de que tenha sido prejudicada. A gente acha que pode ser ofertado até mais, considerando o período noturno, e estamos conversando com as instituições”, afirma o secretário.

Contradição

Para a professora de política educacional da Universidade de Brasília (UnB) Catarina de Almeida Santos, embora o crescimento seja positivo, a expansão do número de vagas ocorre em cursos de baixa procura. O especialista em educação da Universidade de Brasília (UnB) Cleyton Gontijo também é simpatizante do Sisu, mas aponta que o anúncio do MEC é contraditório em meio aos cortes contingenciais de 30%.

“Esse pronunciamento é cheio de contradições num contexto em que o governo corta recursos das universidades e anuncia o aumento de oferta de vagas pelo Sisu. Para manter esse aumento, o governo deveria voltar atrás e acabar com esse corte que tem chamado de contingenciamento”, afirmou.

Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero. Durante o período de inscrição pelo Sisu, uma vez ao dia, o sistema calcula a nota de corte, que é a menor nota para o candidato ficar entre os potencialmente selecionados.

Em um balanço do primeiro processo do ano, o Sisu teve 2,11 milhões de inscritos e 4,14 milhões de inscrições, uma vez que cada aluno pode escolher até duas opções de curso.

O que é preciso

Para se inscrever no Sisu, o candidato deve informar o número de inscrição e senha cadastrados no Enem de 2018. Caso o candidato não se lembre, pode recuperar na página do Enem. A inscrição é feita exclusivamente pela internet, na página do Sisu, sem a cobrança de taxas. Ao realizar a inscrição, o candidato deve estar atento aos documentos exigidos pelas instituições para a efetivação da matrícula, em caso de aprovação. Essa informação estará disponível no Sisu, no momento da inscrição. Ao finalizá-la, o sistema possibilita ao candidato a impressão do comprovante de inscrição.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições para o Sisu 2019.2 começam nesta terça-feira (4) com mais de 4 mil vagas na Paraíba

Estudantes devem verificar as informações constantes do Termo de Adesão das universidades junto ao Sisu.

Por G1 PB

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do semestre 2019.2 começam nesta terça-feira (4). São mais de quatro mil vagas ofertadas em instituições públicas da Paraíba. As inscrições seguem até a sexta-feira (7) e devem ser feitas no site do Sisu. Os estudantes interessados em concorrer às vagas disponibilizadas pelas instituições deverão verificar as informações constantes do Termo de Adesão das universidades junto ao Sisu.

UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ofertará 2.845 vagas para seus diversos cursos de graduação, nos oito campi da universidade. O Termo de Adesão da UEPB será disponibilizado no portal da instituição. A matrícula dos estudantes selecionados nesta chamada regular realizada pelo MEC para os cursos da UEPB será realizada de 4 a 7 de junho, no site do Sisu, e, no dia 10 do mesmo mês, será divulgada a chamada regular.

Conforme o cronograma do MEC, entre os dias 11 e 17 de junho, os candidatos que não foram contemplados na chamada regular deverão fazer a declaração de interesse em participar da lista de espera, que terá sua publicação realizada no dia 19 de junho. As aulas do período letivo 2019.2 na UEPB serão iniciadas no dia 6 de agosto, conforme calendário acadêmico do referido semestre, também aprovado na reunião do Consepe.

UFCG

Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) serão oferecidas 1.535 vagas, 10 a mais que nos anos anteriores, abertas para o curso de Enfermagem do campus sede. O Termo de Adesão foi divulgado na sexta-feira (17), no site da instituição. Das vagas ofertadas neste segundo semestre, 760 são de ampla concorrência e 775 reservadas pela Lei de Cotas, distribuídas entre 35 cursos de graduação nos campi de Campina Grande, Patos, Cajazeiras, Cuité e Pombal.

Poderão participar do processo, os estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM 2018) e que obtiveram nota acima de zero na prova de redação. A média mínima para tentar o ingresso em cursos da UFCG é 400.

Os alunos aprovados e classificados são imediatamente convocados para o cadastramento presencial na UFCG. O horário de cadastramento será de 8h às 11h e das 14h às 17h. Os locais de cadastramento são as coordenações dos cursos.

UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) vai oferecer 340 vagas, distribuídas entre 70 cursos. Desse total, 153 oportunidades serão para ampla concorrência e 187 para a Lei de Cotas, de acordo com o Termo de Adesão divulgado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), no site da instituição. Para participar do Sisu, os candidatos devem ter alcançado uma nota mínima de 400 pontos na redação.

Conforme o cronograma divulgado pela PRG, o período letivo 2019.2 deve começar no dia 15 de outubro deste ano, tendo em vista que a universidade está em processo de

regularização do calendário acadêmico.

IFPB

A assessoria de imprensa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) informou que o número de vagas abertas para o Sisu 2019.2 e os respectivos cursos serão divulgados até o dia 8 de junho deste ano.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Sisu : cursos com maior número de vagas são administração e pedagogia

As vagas são ofertadas em todo o país. Os estados com mais vagas são Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraíba

Administração, com 1.996 vagas, pedagogia, com 1.989, e ciências biológicas, com 1.748, são os cursos com maior número de vagas ofertadas na segunda edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2019, conforme divulgou nesta segunda-feira (03/06/2019) o Ministério da Educação (MEC). As inscrições começam nesta terça-feira (04/06/2019) e podem ser feitas até sexta-feira (07/06/2019), na página do programa.

A consulta de vagas está aberta no site do Sisu desde o dia 23. Os participantes podem fazer a busca por curso, por instituição de ensino ou por município. “É muito importante que o aluno se planeje ao longo do ano para fazer a melhor escolha”, alerta o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima.

Estão também entre os cursos com mais vagas o de química, com 1.720; matemática (1.619); engenharia elétrica (1.542); física (1.520); direito (1.459); medicina (1.446); engenharia civil (1.425); e educação física (1.215). As vagas são ofertadas em todo o país. Os estados com mais vagas são Rio de Janeiro, com 12.937; Minas Gerais, com 8.479; Bahia, com 6.745, e Paraíba, com 5.990.

A oferta de vagas neste segundo semestre é recorde para o período. Ao todo, serão ofertadas 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país.

Desse total, 26.535, o equivalente a 50,67%, serão ofertadas no âmbito da Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabelece que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas. Dentro da lei, há a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a porcentagem dessas populações nas unidades federativas.

A maior parte das vagas, 30.149 (51,07%) é em período integral. Neste semestre, são ofertadas 19.458 (33%) vagas noturnas.

Universidades federais

Cerca de 69% das vagas são ofertadas por universidades federais. De acordo com o secretário Educação Superior, o contingenciamento não impactou a oferta do Sisu. “Universidades têm autonomia quanto a oferta de cursos e vagas, são eles que se planejam. Não se tem notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. O programa está no pico histórico”, disse.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os

estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC

Segundo Arnaldo Barbosa de Lima, o sistema de vagas está com um "pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas"

O contingenciamento de recursos do Ministério da Educação (MEC) não prejudicou a oferta de vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de acordo com o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima. Nesta segunda-feira (03/06/2019), o MEC, divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. Os números são recorde para o segundo semestre.

Cerca de 69% das vagas – o que equivale a 40.658 vagas – para o segundo semestre são ofertadas por universidades federais. “A gente não tem nenhuma notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. Pelo contrário, a gente está aqui com um pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas”, diz Lima.

Neste ano, as instituições públicas federais, ligadas ao MEC, tiveram um contingenciamento de 3,4%, o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão de um total de R\$ 49,6 bilhões previstos para 2019. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo Decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bilhões para 2019.

Segundo Alves, a pasta está conversando com reitores, para tratar de questões emergenciais e com parlamentares, por conta de emendas que impactam no orçamento. O secretário também afirmou que a expectativa é de melhoras na arrecadação no segundo semestre, o que impactará no montante contingenciado.

O MEC trabalha também para conseguir recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O dinheiro já está no Brasil e pode chegar a US\$ 600 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Na semana, passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reuniu-se com deputados federais da Paraíba e reitores de universidades e institutos federais do estado. Na ocasião, ele defendeu a independência das universidades federais para recursos próprios. De acordo com o ministro, as universidades podem buscar patrocínio e recursos provenientes de pesquisa para auxiliar no orçamento.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

As inscrições começam nesta terça-feira (04/06/2019) e podem ser feitas até sexta-feira (07/06/2019), na página do programa. O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Quem é a nova reitora da UFRJ. E o que ela sinaliza

A biofísica Denise Pires de Carvalho foi escolhida pelo presidente Jair Bolsonaro. É a primeira vez que uma mulher assume o cargo da instituição, que completará 100 anos em 2020

A professora Denise Pires de Carvalho foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro como a nova reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela é a primeira mulher à frente da instituição, que completará cem anos em 2020.

Docente do Instituto de Biofísica, Carvalho havia sido eleita em abril por professores, técnicos e alunos em consulta interna e encabeçava a lista tríplice levada ao presidente. Primeiro, Bolsonaro sinalizou, em evento da Firjan (Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro), em 20 de maio, que iria escolhê-la.

“Hoje, devo assinar aqui o nome da nova reitora da UFRJ. Tomei conhecimento a respeito dela, da lista tríplice, bem como de mais chegados, é a pessoa adequada para estar à frente da UFRJ. Eu disse reitora, já dei a dica de quem é. Eu agora sou o novo ‘homemfóbico’”

Jair Bolsonaro
presidente da República, em 20 de maio

O presidente assinou a nomeação apenas em 31 de maio de 2019. A publicação no Diário Oficial ocorreu na segunda-feira (3).

O quadro atual da universidade

A Universidade Federal do Rio de Janeiro ocupa a 4ª colocação em número de produções científicas no Brasil, segundo levantamento da Clarivate Analytics encomendado pela Universidade de São Paulo. A análise considerou o período de 2014 a 2018.

Denise Carvalho assume a função em meio aos esforços de reconstrução do Museu Nacional, que é vinculado à universidade e foi destruído por um incêndio em setembro de 2018, e a um contingenciamento que atinge em 30% os recursos discricionários (que excluem salários e incluem contas como as de água e luz) das instituições federais.

14.056

trabalhos científicos foram produzidos pela UFRJ entre 2014 e 2018, segundo levantamento encomendado pela USP

6,56%

de toda a ciência desenvolvida no Brasil no mesmo período foi produzida pela universidade

O perfil da nova reitora

Denise Pires de Carvalho, de 54 anos, formou-se em 1987 em medicina, pela própria UFRJ, onde também fez mestrado (1989) e doutorado (1994) em biofísica. Ela realizou um pós-doutorado na França, em 1995, e outro na Itália, em 2007.

Além de dar aulas na UFRJ, ocupou cargos de chefia na instituição. Foi coordenadora acadêmica da Pró-reitoria de Graduação e, ao ser eleita, coordenava o Laboratório de Fisiologia Endócrina Doris Rosenthal, no Instituto de Biofísica.

Segundo seu currículo na plataforma Lattes, foi avaliadora, pelo Ministério da Educação, de cursos de graduação, entre 2007 e 2015. Também presidiu o departamento de tireoide da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Uma de suas filhas, Isabela, estuda medicina na universidade. A mais velha, Daniela, também se formou lá, mas em ecologia.

“Sempre trabalhei pela UFRJ durante toda minha carreira, desde que ingressei como docente, em 1990. Eu nunca me posicionei a favor ou contra qualquer que seja o grupo político, a não ser em questões internas relacionadas à administração da universidade. O que queremos é uma universidade pública, gratuita e fortalecida, com o pesquisador que é também professor”, afirmou Carvalho ao jornal O Globo, em entrevista publicada na segunda-feira (3).

Em 6 de abril de 2019, na segunda vez em que concorria ao cargo de reitora, saiu vitoriosa com 9.427 votos (o segundo, Oscar Rosa Mattos, da Escola Politécnica, obteve 8.825). Ao todo, 19.232 pessoas votaram.

Ela foi escolhida criticando o aumento no número de alunos da UFRJ sem que houvesse expansão física da universidade e prometendo melhorar o índice de conclusão de cursos e implantar projetos de iniciação científica com bolsas pagas pela própria instituição (sem que o aluno dependa da **Capes** ou do CNPq).

Em entrevista à TV Globo, disse que pretende “seguir com a reconstrução do Museu Nacional, aumentar a internacionalização e as atividades de inovação”. “Sabemos todos que há contingenciamento de recursos para as universidades, o que nos deixa muito apreensivos quanto ao futuro da nossa instituição sob o ponto de vista administrativo”, disse.

Bolsonaro e as verbas da educação

A nova reitora disse ter temido que sua nomeação não fosse confirmada por Bolsonaro, mas que ficou honrada com a decisão do presidente. Ela contou ao jornal O Globo, em sua primeira grande entrevista após a confirmação de que ocupará o cargo, cujo mandato é de quatro anos, ter procurado toda a bancada de deputados federais do Rio de Janeiro e falado com os senadores do estado antes de sua nomeação.

“Esse é um caminho importante não só para minha nomeação, mas para a gestão da

universidade. O apoio da bancada é fundamental para as instituições”, afirmou ao jornal carioca.

Questionada sobre que avaliação faria do ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que não poderia responder pelo pouco tempo dele no cargo, mas que o ministro precisa “abrir o diálogo com a área educacional do país”.

No final de abril, o ministro havia anunciado o corte de verbas de três universidades federais alegando “balbúrdia” e baixo desempenho acadêmico das instituições. No mesmo dia, porém, o MEC divulgou nota retificando a informação e dizendo que o contingenciamento, por motivos técnicos, iria valer a todas as federais, atingindo R\$ 2,5 bilhões. A fala de Weintraub, porém, mobilizou professores e estudantes em todo o país. Eles já foram às ruas duas vezes em defesa da educação.

“O contingenciamento é muito grave porque a UFRJ tem não só atividade de ensino. Temos mais de 1.200 laboratórios funcionando. Temos mais de 10 prédios tombados”, disse Carvalho ao Globo.

Um de seus maiores desafios será a reconstrução do Museu Nacional. Os recursos para as obras também foram afetados em 21,63% pelo contingenciamento.

“Estaremos muito próximos do MEC para resolver a questão do Museu. É do nosso interesse que a gente o reconstrua o mais rápido possível. É importante frisar que o museu também produz conhecimento, essas estruturas de ensino, pesquisa e extensão foram todas destruídas”, afirmou ao jornal.

A reitora afirmou esperar que as obras para refazer a fachada e o telhado do museu sejam iniciadas até o final de 2019.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Contingenciamento não prejudicou vagas pelo Sisu, diz secretário do MEC Ministério divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o País

O contingenciamento de recursos do Ministério da Educação (MEC) não prejudicou a oferta de vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de acordo com o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima. Hoje (3), o MEC, divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. Os números são recorde para o segundo semestre.

Cerca de 69% das vagas – o que equivale a 40.658 vagas – para o segundo semestre são ofertadas por universidades federais. “A gente não tem nenhuma notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. Pelo contrário, a gente está aqui com um pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas”, diz Lima.

Neste ano, as instituições públicas federais, ligadas ao MEC, tiveram um contingenciamento de 3,4%, o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão de um total de R\$ 49,6 bilhões previstos para 2019. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo Decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bilhões para 2019.

Segundo Alves, a pasta está conversando com reitores, para tratar de questões emergenciais e com parlamentares, por conta de emendas que impactam no orçamento. O secretário também afirmou que a expectativa é de melhoras na arrecadação no segundo semestre, o que impactará no montante contingenciado.

O MEC trabalha também para conseguir recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O dinheiro já está no Brasil e pode chegar a US\$ 600 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Na semana, passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reuniu-se com deputados federais da Paraíba e reitores de universidades e institutos federais do estado. Na ocasião, ele defendeu a independência das universidades federais para recursos próprios. De acordo com o ministro, as universidades podem buscar patrocínio e recursos provenientes de pesquisa para auxiliar no orçamento.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

As inscrições começam amanhã (4) e podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do programa. O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Live Arena aposta em cursos EAD para o já bilionário mercado de eSports. Segmento já apresenta necessidade de maior profissionalização. O Brasil é, hoje, o terceiro país com mais jogadores no mundo - cerca de 66 milhões de pessoas.

Mercado crescente, os esportes eletrônicos estão dando novos passos para desenvolver a profissionalização do setor. Inaugurada há cerca de dois anos, a Live Arena agora oferece cursos de Pro Player (jogador profissional) de League of Legends, em aulas presenciais em São Paulo e ensino à distância (EAD) para todo Brasil.

O conteúdo foi desenvolvido pela consultoria especializada em conteúdo gamer, a nøline, que administra a Live Arena, primeira arena multiuso voltada exclusivamente para o ecossistema gamer no Brasil. O material didático foi desenvolvido em parceria com o SER Educacional, mantenedor de mais de 60 instituições de ensino superior no país.

“Estamos falando de um mercado que tem movimentado bilhões nos últimos anos. Mas não só isso. O principal é que o game virou um movimento sócio-cultural global, que está crescendo, se profissionalizando, e por isso que as perspectivas são boas. A produção de conteúdo é um dos carros-chefe há algum tempo, com o game/eSports sendo um nicho muito forte. Há uma demanda muito grande e queremos auxiliar na formação desses profissionais”, afirma Rodrigo Rivellino, sócio da nøline e idealizador

da Live Arena, ao blog Esporte Executivo.

Os alunos têm três modalidades disponíveis para se matricular: Pro Player (League of Legends), Criador de Conteúdo e Cosplayer & Cosmaker. As aulas terão duração entre dois e três meses. Com valores a partir de R\$300,00 os estudantes terão a possibilidade de acompanhar conteúdos exclusivos que exploram as dinâmicas comportamentais e técnicas aplicadas no dia a dia dessas profissões. A plataforma EAD terá material escrito, videoaulas e fórum entre os alunos. Adriana Noronha, sócia da noline e uma das idealizadoras e também educadoras no projeto, analisa mais uma etapa do trabalho: “É o início efetivo do nosso grande movimento do EAD. Estamos fomentando um novo caminho no ecossistema gamer, dialogando com a educação. Buscamos inspirar novos talentos e provocar mudanças de cultura e de comportamento”.

De acordo com pesquisa divulgada pela Newzoo, o mercado de esportes eletrônicos deve movimentar mais de US\$ 1 bilhão (aproximadamente R\$ 4 bilhões) em 2019. Leva em consideração valores de patrocínios, publicidade, produtos, ingressos e taxas das desenvolvedoras dos jogos. As duas maiores regiões que devem contribuir para a receita são a América do Norte e a China. É previsto que, em 2022, os eSports gerem US\$ 1,8 bilhão (cerca de R\$ 6,7 bilhões) ao ano.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC

O contingenciamento de recursos do Ministério da Educação (MEC) não prejudicou a oferta de vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de acordo com o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima. Hoje (3), o MEC, divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. Os números são recorde para o segundo semestre.

Cerca de 69% das vagas – o que equivale a 40.658 vagas – para o segundo semestre são ofertadas por universidades federais. “A gente não tem nenhuma notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. Pelo contrário, a gente está aqui com um pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas”, diz Lima.

Neste ano, as instituições públicas federais, ligadas ao MEC, tiveram um contingenciamento de 3,4%, o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão de um total de R\$ 49,6 bilhões previstos para 2019. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo Decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bilhões para 2019.

Segundo Alves, a pasta está conversando com reitores, para tratar de questões emergenciais e com parlamentares, por conta de emendas que impactam no orçamento. O secretário também afirmou que a expectativa é de melhoras na arrecadação no segundo semestre, o que impactará no montante contingenciado.

O MEC trabalha também para conseguir recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O dinheiro já está no Brasil e pode chegar a US\$ 600 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Na semana, passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reuniu-se com

deputados federais da Paraíba e reitores de universidades e institutos federais do estado. Na ocasião, ele defendeu a independência das universidades federais para recursos próprios. De acordo com o ministro, as universidades podem buscar patrocínio e recursos provenientes de pesquisa para auxiliar no orçamento.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

As inscrições começam amanhã (4) e podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do programa. O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir de hoje

Começam hoje (3) as inscrições para a segunda edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) deste ano. Ao todo, serão ofertadas 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. As inscrições podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do programa.

Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

O resultado da chamada regular será divulgado no próximo dia 10. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 deste mês.

O candidato do Sisu pode solicitar até duas opções de vaga, especificando, em ordem de preferência, as suas opções em instituição de educação superior participante, com local de oferta, curso e turno, e a modalidade de concorrência.

Nota de corte

Durante o período de inscrição, uma vez por dia, o Sisu calcula a nota de corte, que é a menor para o candidato ficar entre os potencialmente selecionados.

As notas de corte para cada curso são baseadas no número de vagas disponíveis e no total dos candidatos inscritos naquele curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o cálculo é usado apenas com uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento de sua inscrição e não garante a seleção para a vaga ofertada.

Até o fim do período de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Será válida a última opção confirmada.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Cortes de gastos não prejudicaram Sisu, garante secretário do MEC Programa vai ofertar 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino na segunda edição deste ano

O corte de recursos do MEC (Ministério da Educação) não prejudicou a oferta de vagas no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), de acordo com o secretário de Educação Superior da pasta, Arnaldo Barbosa de Lima.

Nesta segunda-feira (3), o MEC, divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. Os números são recorde para o segundo semestre.

Cerca de 69% das vagas — o que equivale a 40.658 vagas — para o segundo semestre são ofertadas por universidades federais. “A gente não tem nenhuma notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. Pelo contrário, a gente está aqui com um pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas”, diz Lima.

Neste ano, as instituições públicas federais, ligadas ao MEC, tiveram um contingenciamento de 3,4%, o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão de um total de R\$ 49,6 bilhões previstos para 2019. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo Decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bilhões para 2019.

Segundo Alves, a pasta está conversando com reitores, para tratar de questões emergenciais e com parlamentares, por conta de emendas que impactam no orçamento. O secretário também afirmou que a expectativa é de melhoras na arrecadação no segundo semestre, o que impactará no montante contingenciado.

O MEC trabalha também para conseguir recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O dinheiro já está no Brasil e pode chegar a US\$ 600 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Na semana, passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reuniu-se com deputados federais da Paraíba e reitores de universidades e institutos federais do estado. Na ocasião, ele defendeu a independência das universidades federais para recursos próprios. De acordo com o ministro, as universidades podem buscar patrocínio e recursos provenientes de pesquisa para auxiliar no orçamento.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

As inscrições começam nesta terça-feira (4) e podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do programa. O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho.

Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Bancada do Rio na Câmara quer cobrar explicação de ministro da Educação Deputados dizem que Abraham Weintraub induz ao erro ao falar sobre verbas para Museu Nacional

BRASÍLIA - O coordenador da bancada do Rio na Câmara, Hugo Leal (PSD-RJ), está sendo pressionado a cobrar uma retratação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, pela gravação de um vídeo em que responsabiliza os deputados fluminenses pela redução do valor de emendas para obras de recuperação do Museu Nacional, destruído por um incêndio no final do ano passado.

No vídeo, divulgado pelas redes sociais na semana passada, o ministro faz uma paródia do filme Cantando na chuva e diz estar "chovendo fake news". Ele negou haver interferência do ministério na paralisação das obras de recuperação do Museu Nacional. "Haviam (sic) emendas parlamentares de R\$ 55 milhões para recuperar o Museu. A bancada do Rio resolveu reduzir em R\$ 12 milhões sobrando R\$ 43 milhões para as obras. Nada a ver com o MEC."

Em entrevista ao Estado publicada na edição desta segunda-feira, 3, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também criticou a atitude de Weintraub. "Agora, tem rebelião na bancada do Rio. Boa parte vai votar a Previdência com o governo. Atacar a bancada porque botou uma emenda para o museu e a emenda foi contingenciada? Onde estamos?", questionou.

Parte dos 46 deputados da bancada defende uma manifestação pública de Leal exigindo explicações do ministro. Eles acusam Weintraub de "distorcer a informação" ao responsabilizar a bancada pela redução nos valores. "O ministro precisa parar de palhaçada e de mentir para as pessoas e fazer seu trabalho", afirmou o deputado Altineu Cortês (PL-RJ).

Os parlamentares argumentam que o ministro "induz ao erro" ao dizer que a bancada é responsável pela redução. "Não foi a bancada que reduziu os valores. Quem contingenciou foi o governo federal", afirmou Hugo Legal. O coordenador disse ter recebido uma solicitação do governo para indicar onde poderiam ser enxugados 21% dos recursos das emendas.

Leal afirmou ter optado por um corte linear, a fim de não prejudicar nenhum projeto específico por inteiro. Assim, houve cortes lineares em seis projetos da bancada: três com o Ministério da Educação, um com a Saúde, outro com a Justiça e um último com a Infraestrutura. Do total de R\$ 169,6 milhões em emendas, foram mantidos R\$ 132,9 milhões.

O pedido de retratação já foi discutido em grupos de WhatsApp da bancada, mas Leal pretende se reunir nesta semana com os colegas antes de cobrar oficialmente o ministro.

O Ministério da Educação rebate as críticas dos deputados alegando que "o contingenciamento em emenda para Museu Nacional não foi aplicado pelo MEC". O órgão diz que o bloqueio dos R\$ 11,9 milhões em emenda destinada ao Museu Nacional "foi realizado pela bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados". "Tal procedimento não é da competência do Ministério da Educação."

"Todas as emendas impositivas foram contingenciadas pelo governo federal, conforme legislação. Os parlamentares e suas bancadas escolhem em quais emendas de suas competências vão priorizar", diz nota do MEC. "No entanto, até o momento, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - responsável pelo museu - não apresentou o plano de trabalho para o início das obras, ou seja, o valor disponibilizado só será liberado após a conclusão e aprovação do plano", completa.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Contingenciamento não prejudicou Sisu, diz secretário do MEC

O contingenciamento de recursos do Ministério da Educação (MEC) não prejudicou a oferta de vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de acordo com o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima. Hoje (3), o MEC, divulgou que o programa ofertará, na segunda edição deste ano, 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. Os números são recorde para o segundo semestre.

Cerca de 69% das vagas - o que equivale a 40.658 vagas - para o segundo semestre são ofertadas por universidades federais. "A gente não tem nenhuma notícia de que [o Sisu] foi prejudicado. Pelo contrário, a gente está aqui com um pico histórico, com a maior quantidade de vagas ofertadas", diz Lima.

Neste ano, as instituições públicas federais, ligadas ao MEC, tiveram um contingenciamento de 3,4%, o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão de um total de R\$ 49,6 bilhões previstos para 2019. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo Decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bilhões para 2019.

Segundo Alves, a pasta está conversando com reitores, para tratar de questões emergenciais e com parlamentares, por conta de emendas que impactam no orçamento. O secretário também afirmou que a expectativa é de melhoras na arrecadação no segundo semestre, o que impactará no montante contingenciado.

O MEC trabalha também para conseguir recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O dinheiro já está no Brasil e pode chegar a US\$ 600 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Na semana, passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reuniu-se com deputados federais da Paraíba e reitores de universidades e institutos federais do estado. Na ocasião, ele defendeu a independência das universidades federais para recursos próprios. De acordo com o ministro, as universidades podem buscar patrocínio e recursos provenientes de pesquisa para auxiliar no orçamento.

Sisu 2019

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, entre universidades e institutos federais, instituições estaduais e municipais. Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

As inscrições começam amanhã (4) e podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do

programa. O resultado da chamada regular será divulgado no dia 10 de junho. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 de junho.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Estudantes podem se inscrever no Sisu a partir de hoje

Começam hoje (3) as inscrições para a segunda edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) deste ano. Ao todo, serão ofertadas 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. As inscrições podem ser feitas até sexta-feira (7), na página do programa.

Podem participar do Sisu os estudantes que fizeram prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtiveram nota na redação acima de zero.

O resultado da chamada regular será divulgado no próximo dia 10. As matrículas devem ser realizadas de 12 a 17 de junho. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera de 11 a 17 de junho. A convocação desses estudantes ocorrerá após o dia 19 deste mês.

O candidato do Sisu pode solicitar até duas opções de vaga, especificando, em ordem de preferência, as suas opções em instituição de educação superior participante, com local de oferta, curso e turno, e a modalidade de concorrência.

Nota de corte

Durante o período de inscrição, uma vez por dia, o Sisu calcula a nota de corte, que é a menor para o candidato ficar entre os potencialmente selecionados.

As notas de corte para cada curso são baseadas no número de vagas disponíveis e no total dos candidatos inscritos naquele curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o cálculo é usado apenas com uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento de sua inscrição e não garante a seleção para a vaga ofertada.

Até o fim do período de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Será válida a última opção confirmada.

GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL

Doutor em Economia discute desenvolvimento local e regional durante evento na UFT

Acontece nesta segunda-feira, 03 de junho, no campus de Porto Nacional da UFT, palestra do professor Ibrahin Amhed Leon Tellez, pesquisador da Universidad de Granma, em Cuba. Ibrahin é doutor em Economia e sua especialidade de discussão e pesquisa é o desenvolvimento local e regional e a sua palestra tem como tema as Teorias do Desenvolvimento Local e Regional, que será proferida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Ibrahin Tellez está no Brasil participando de uma missão científica do projeto “Desenvolvimento Territorial e Socioniodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado”. Este é um projeto de intercâmbio acadêmico-científico financiado

pela **Capes** proposto pelas instituições UFG, UFT e UFU. Asua coordenação geral é exercida pelo doutor Eguimar Felício Chaveiro, do IESA/UFG, e a sua coordenação local na UFT é exercida pelo doutor Adão Francisco de Oliveira, do curso de Geografia de Porto Nacional.

Nesta missão científica, Ibrahin Tellez visita o Tocantins, Goiás e Amazonas. No Tocantins ele proferiu palestra na Assembléia Legislativa no último dia 30 de maio sobre o tema Planejamento para o Desenvolvimento Local e Regional, se encontrou com o reitor da UFT, o professor Luís Bovolato, para tratar do termo de cooperação técnica entre esta universidade e a UDG de Cuba e fez visitas a lugares que são objeto de desenvolvimento turístico.

Perguntado sobre a importância de sua visita ao Tocantins, o pesquisador cubano afirmou: “Eu escolhi o Brasil como a minha segunda nação e gosto de estar no Tocantins. A sua realidade sócio-espacial e os seus desafios econômicos têm algumas semelhanças com o que experimentamos em Cuba. Por isso, eu fico feliz em poder contribuir e agradecer à UFT”.

Em Goiás, Ibrahin Tellez realiza palestras e conferências e no Amazonas participará da convergência dessa missão que se dará nos eventos simultâneos I CIGEO-DR (Congresso Internacional de Geografia e Desenvolvimento Regional) e II MADREPLAC (Seminário Internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado), que acontecerão entre os dias 17 e 21 de junho próximos.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

UFG é premiada por realizar testes farmacêuticos sem a necessidade de cobaias

Um dos maiores desafios das indústrias farmacêutica e de cosméticos é o desenvolvimento de tecnologias que permitam a realização de testes de novos produtos sem o uso de animais. Novas regulações impostas pelos países - e também recomendadas pela Organização Mundial de Saúde - têm aumentado a necessidade de inovação nesse campo.

Na Universidade Federal de Goiás, um laboratório se tornou referência no assunto. O Tox In, criado em 2004, permite a realização de testes com alto grau de confiabilidade sem a necessidade de cobaias.

O laboratório também serve como referência para pesquisas nacionais e internacionais que pretendam seguir os novos parâmetros estabelecidos pelos órgãos de regulação.

“Temos atendido a necessidade do Brasil e dos países da América do Sul nas mudanças das práticas de ensino, pesquisa e atividades regulatórias por meio da capacitação de recursos humanos”, explica a professora Marize Valadares, idealizadora do laboratório.

Leia também: Como uma bolsista de ciências sociais tornou o Brasil referência na Itália

No ano passado, trabalho desenvolvido no Tox In gerou reconhecimento internacional: o laboratório recebeu o prêmio Lush, concedido na Inglaterra a organizações que colaboram com a substituição de animais em testes científicos. Na premiação, o Tox In superou dois competidores da Holanda, um da China e um no Japão.

O prêmio reconheceu os esforços da equipe na “disseminação de métodos alternativos no Brasil e na América do Sul” para a “criação de uma rede multiprofissional para educação e treinamento”.

Hoje, as atividades estão a cargo de cinco alunos de graduação, quatro mestrandos e cinco doutorandos.

Um dos projetos desenvolvidos no laboratório foi o desenvolvimento de modelos “biomiméticos” (artificiais) de córneas, para avaliar a toxicidade de produtos farmacêuticos. Em vez de usar órgãos de animais - ou de cadáveres humanos - a pesquisa se valeu de substâncias que imitam a composição da córnea.

"Receita e prestígio"

Os benefícios desse método vão muito além do bem-estar animal: dali podem surgir técnicas inovadoras que gerem receitas econômicas para o país e prestígio acadêmico para a universidade. Mais do que isso: “As novas tecnologias garantem resultados confiáveis e de relevância para a saúde humana, uma vez que o homem não é um camundongo de 70 quilos”, afirma Marize.

Além do reconhecimento, o prêmio obtido na Inglaterra foi importante para a continuidade dos trabalhos do laboratório, já que o Tox In foi contemplado com 50 mil libras (cerca de 255 mil reais). Problema: até agora o laboratório não pôde usar um centavo sequer. A burocracia excessiva que vigora nas universidades federais ainda impede o uso dos recursos.

“Hoje este recurso compreende 100% da verba que o laboratório que coordeno dispõe para manter as atividades do grupo”, diz a professora. Ou seja: enquanto o dinheiro não for liberado, as atividades ficam seriamente prejudicadas.

Ao longo de sua existência, o laboratório já obteve financiamento de órgãos federais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, estaduais e de empresas privadas, por meio de parcerias firmadas com empresas - a indústria farmacêutica é um dos setores mais importantes da economia de Goiás.

Além do prêmio Lush, o laboratório acumula 21 distinções nacionais e internacionais. A equipe já produziu cerca de 100 artigos científicos e atuou para a obtenção de dez patentes.

No Brasil, entretanto, a inovação tem um custo alto. As atividades do Tox In dependem de produtos importados, que chegam ao país com um preço elevado. A liberação desses itens na alfândega é um processo complexo, que pode levar meses. Pior: por causa do armazenamento inadequado, por vezes os itens são inutilizados antes mesmo de chegarem ao laboratório.

“Precisamos de uma renovação do arcabouço legal brasileiro que trata desses assuntos para que problemas do tipo não sejam empecilhos no processo de inovação tecnológica brasileiro”, pede a professora. Ela diz que, se nada mudar, as consequências serão

desastrosas: “Tenho verificado uma perda dos jovens pesquisadores brasileiros para outras nações”.

topo ↕

GUIA DO ESTUDANTE - NOTÍCIAS

MEC terá que responder por nota desautorizando divulgação de manifestações A recomendação do MPF veio um dia depois da nota publicada pelo MEC que proibia pais e professores de falar das manifestações nas escolas

Na última sexta-feira (31) o Ministério Público Federal afirmou ter encaminhado ao MEC uma recomendação para que a nota publicada pela pasta um dia antes, desautorizando pais, professores e alunos a divulgarem as manifestações em defesa da educação, fosse cancelada. O Ministério da Educação terá dez dias para afirmar se vai ou não acatar a decisão.

O MPF considera que a nota do MEC fere a legislação brasileira, indo contra artigos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e ainda outros pactos internacionais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que afirma que “não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais”. Para além do episódio específico, o MPF também recomendou que o MEC “se abstenha de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários”.

A nota do MEC

Na última quinta-feira (31), dia em que estudantes e professores manifestavam em mais de 100 cidades do Brasil em defesa da educação, o MEC divulgou em sua página oficial uma nota desautorizando professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis de “divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar”. Além disso, também estimulou que quem tivesse notícias desse tipo de “coação” denunciasse à ouvidoria do ministério.

A manifestação organizada por alunos e professores de todos os níveis de ensino foi a segunda do mês de maio, e aconteceu em reação aos recentes cortes na educação promovidos pelo governo Bolsonaro. Além do contingenciamento de 30% da verba discricionária anunciado para as universidades e institutos federais, pesquisadores de mestrado e doutorado também foram afetados com o corte de bolsas do **Capes(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, fundação do MEC responsável pelo fomento à pós-graduação no país.

topo ↕

JORNAL DE PIRACICABA - TEMPO REAL

CLÁUDIA DA SILVA SANTANA

A professora fluminense Cláudia da Silva Santana é a primeira mulher na história a assumir a reitoria da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba). Nascida em Duque de Caxias (RJ), aos 17 anos ela escolheu a cidade Piracicaba para cursar o ensino superior na Unimep, na área de educação. A vontade de estudar em uma instituição metodista por conta a tradição confessional da família, ela buscou a única universidade da Igreja Metodista na época.

Ao conhecer a cidade, ela se encantou pela cultura e tradições, com a valorização das artes e da intelectualidade em um contexto de desenvolvimento social muito intenso nos

anos 80. Ao final do curso de Pedagogia, ela conheceu o antropólogo e pesquisador americano da USP (Universidade de São Paulo) Johnny Cowart Dawsey, que na época fazia sua pesquisa de doutorado. Os dois se casaram nos EUA, e, após quatro anos na Emory University em Atlanta (GA), o casal retornou para Piracicaba e para a Unimep.

Filha do casal Ironildes da Silva Santana e Dernival Santana, a reitora é mãe dos jovens Sean Lucas Santana Dawsey, 29 anos, arquiteto e urbanista e Ian Victor Santana Dawsey, 27, jornalista.

Claudia é pedagoga, especialista em Museus de Arte, mestre em Educação e doutora em Comunicação e Semiótica. Ela iniciou o magistério, atuando como professora na Educação Infantil em Piracicaba e em Atlanta (EUA) por um período. Com o mestrado, ingressou como docente do Departamento de Educação e Curso de Pedagogia na Unimep em 1994, ministrando disciplinas da área de Educação Infantil, Didática, Artes e Linguagens Tecnológicas.

Em 2002, concluiu o doutorado em Comunicação e Semiótica e direcionou os estudos e pesquisas para a temática da Infância, Estética e Linguagens. Na academia, a atuação de Claudia se deu no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Pedagogia. Na gestão Universitária, atuou como coordenadora do Curso de Pedagogia, diretora da Faculdade de Ciências Humanas e pró-reitora de Graduação. Ao final de 2018, foi nomeada reitora da Unimep.

Nas horas de lazer, Claudia gosta de ir a museus de arte e exposições, assistir concertos e recitais, assistir peças teatrais, ler livros de literatura, artes e filosofia e passear em Águas e Serra de São Pedro. Nesta semana, apesar da escassez de horas vagas, ela encontrou um tempo na agenda para esta entrevista do Persona, onde falou do desafio e do protagonismo de assumir a reitoria da Unimep e dos projetos para o futuro da instituição.

A senhora é a primeira mulher a assumir a reitoria da Unimep, como a senhora recebeu o convite?

Recebi o convite como parte de uma missão na educação metodista, cujos ideais e valores me conectam às mulheres e homens que dedicaram suas vidas à obra educacional da Igreja Metodista na formação integral do ser humano, preparando milhares de profissionais nas mais distintas áreas das ciências e do mundo do trabalho, para uma atuação relevante e transformadora na sociedade.

Ao longo de 55 anos, desde a criação dos primeiros cursos superiores da Unimep, ser a primeira mulher que ocupa o cargo de reitora pode revelar uma abertura na estrutura de relações para que se reconheçam competências e lideranças de mulheres na gestão universitária.

Qual o tempo de um reitor na rede metodista e como ocorre a indicação para o cargo?

O mandato na reitoria das instituições metodistas é por prazo indeterminado, ‘ad nutum’, como é tratado em nosso estatuto. A escolha de um nome é resultado de um processo que envolve o Conselho Superior de Administração das Instituições Metodistas e da Coordenação Geral de Ação Missionária. A minha nomeação é ‘pro

tempore' até que todo o processo seja concluído.

A senhora assume a universidade em um momento delicado no país, com impacto nos salários, inclusive dos professores, como a senhora pretende lidar com essa situação?

A situação econômica traz reflexos diretos na atividade do ensino superior, sobretudo em uma universidade particular, cujo principal ingresso de recursos financeiros se dá por meio das mensalidades. A principal estratégia para lidar com esses momentos de turbulência é ainda o planejamento acadêmico e administrativo e o envolvimento dos diversos atores em suas instâncias na busca de soluções.

Além da crise econômica há também o contingenciamento de verbas públicas destinadas à pesquisa anunciado pelo Governo Federal, qual o impacto dessa medida no programa de pesquisas da Unimep ?

Neste momento, o impacto desses cortes ou contingenciamento afeta diretamente o financiamento de bolsas de estudos para os pós-graduandos. Na Unimep, a perda foi de aproximadamente 15% do total de bolsas de mestrado e doutorado nos programas de Educação, Administração, Ciências do Movimento Humano, Engenharia de Produção e Direito. O prejuízo é significativo porque impacta justamente as condições para a realização de pesquisas e diminui o potencial para inovação e avanços científicos, cruciais para o desenvolvimento do país.

A universidade tem condições de manter projetos em andamento sem recursos federais?

O fomento da pesquisa é essencial para a Universidade e os recursos federais são muito importantes dentro do sistema que foi estabelecido para o desenvolvimento da educação, da ciência e tecnologia, nos centros de pesquisa e universidades que contam com os recursos provenientes dos órgãos de fomento, especialmente CNPq e **Capes**. Os atuais projetos de pesquisa estão assegurados até o momento, no entanto, a insegurança é grande quanto ao futuro, já a partir do próximo ano quando se prenunciam cortes ainda mais profundos no financiamento de bolsas de estudo.

Qual o investimento atual da Unimep em pesquisa?

A Unimep possui um Fundo de Apoio a Pesquisa, criado com o objetivo de fomentar internamente a pesquisa na Graduação e na Pós-Graduação, em parceria com as agências de fomento. Há um programa consolidado de iniciação científica neste modelo, além da inserção da pesquisa nos projetos pedagógicos dos cursos em experiências em salas de aula e laboratórios, que seguem a linha do ensino com pesquisa. Além desses, a Universidade possui parcerias importantes e estratégicas com empresas e instituições para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas à pós-graduação.

Com relação aos professores, nos últimos anos a universidade vem passando por situações conflitantes com a categoria com paralisações e demissões. Como a senhora pretende resolver essas questões com os profissionais?

A realidade local traduz uma crise vivenciada no ensino superior do país, especialmente das instituições de referência como a Unimep tem sido em sua história. As reestruturações administrativas e acadêmicas foram consideradas cruciais para o

enfrentamento das questões financeiras pelas instâncias superiores e equipe diretiva. Entretanto, há um legado a ser honrado e a construção da Universidade está certamente relacionada à dedicação e empenho dos professores, funcionários e equipe gestora, de forma que a superação dessas situações depende de um conjunto de sujeitos em diferentes posições e esferas prontos ao diálogo e trabalho.

Quais as expectativas da senhora frente à Unimep, pretende investir em quais setores, novos cursos, projetos?

A Universidade se distingue dos centros universitários e das faculdades, porque nela o ensino é indissociável da pesquisa e da extensão. Assim, os investimentos levam em conta a potencialização dessa tríade e o fortalecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação. Nos seus campi, há cursos sendo lançados em 2019 e 2020, a exemplo de Medicina Veterinária, Biomedicina, Arquitetura, Engenharias e Odontologia no campus Taquaral; Administração, Ciências Contábeis e Nutrição no campus Santa Bárbara d'Oeste; Direito no campus de Birigui e cursos da área de negócios em Lins e no campus Centro, em Piracicaba. Os projetos na área de Extensão e Cultura tendem à diversificação de atividades e serviços com hubs de inovação.

Nos últimos anos o Brasil tem vivenciado um aumento da oferta do ensino superior à distância o chamado EAD, em sua avaliação esse setor tem influenciado negativamente as universidades tradicionais? De que forma?

A oferta da EAD no Brasil não é recente se considerarmos os cursos profissionalizantes que desde o início do século passado foram oferecidos por correspondência, rádio e televisão. Ocorre que com o desenvolvimento da tecnologia e informática, da internet e velocidade das transmissões de imagens e textos, cria-se um cenário favorável a novas formas de conectividade e ensino. O impacto sobre as instituições de ensino superior tradicionais que praticam o presencial está muito mais associado aos parâmetros de qualidade distintos requeridos em cada modalidade e a concorrência dessas instituições com grandes corporações educacionais de capital aberto que tratam a educação como um negócio lucrativo e têm demonstrado pouco compromisso com a formação no ensino superior.

Esse fenômeno (EAD) forçou ou contribuiu para que o ensino superior convencional buscasse outras saídas e produtos para se manter?

A incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino superior presencial é importante, assim como o desenvolvimento de novas metodologias de ensino aprendizagem fortemente derivadas dessas experiências, todavia, não se pode associá-las diretamente ao EAD, mas muito mais a um desenvolvimento de ferramentas que é próprio da inovação em educação.

Quais os cursos são os mais procurados na Unimep? A senhora sabe explicar o por quê?

Os cursos de Direito e das áreas de Administração, Saúde e Engenharia lideram a escolha dos estudantes, seguidos pelas áreas de Comunicação e de Educação. O portfólio da Unimep é extenso com cerca de 40 cursos de graduação. Os motivos passam pelo reconhecimento e relevância social e, especialmente, pelas oportunidades geradas pela profissão e carreira no mercado de trabalho, além das vocações.

Beto Silva

[topo](#)

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão de Educação debate políticas para o ensino a distância

A Comissão de Educação debate nesta quinta-feira (6) políticas para a educação a distância. O debate será realizado a pedido da deputada Professora Rosa Neide (PT-MT).

A deputada defende que debater uma efetiva política de Estado para a Educação a Distância (EaD) é uma tarefa central para o parlamento brasileiro, “sendo que tal debate deve ser feito sempre resguardando as preocupações com o imperativo da qualidade da oferta e o acompanhamento rigoroso pelo poder público”.

Ela entende que a EaD é estratégica para o desenvolvimento da oferta de educação em todo o País, quando se consideram as metas do Plano Nacional de Educação.

Foram convidados:

- representante do Ministério da Educação;
- o representante das instituições públicas estaduais, Marcus Tomasi;
- o presidente da Associação Universidade em Rede, Alexandre Martins dos Anjos;
- o representante do Fórum de Gestores de Instituições Públicas de EaD/UniRede, Elisa Tuler de Albergaria;
- o representante do Fórum Nacional de Coordenadores do sistema Universidade Aberta do Brasil, Marília de Goyaz; e
- o representante do Fórum Nacional de Coordenadores da Rede e-Tec Brasil, José Roberto Oliveira dos Santos.

A reunião será realizada às 9 horas, em plenário a definir.

O público poderá participar do debate pela sala interativa

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ex-ministros da Educação se encontram para elaborar propostas para o MEC

Seis ex-ministros da Educação vão se reunir na terça-feira, 4, para discutir a situação da Pasta hoje. O encontro acontecerá a portas fechadas na USP, mas terá em seguida uma coletiva de imprensa.

A ideia é apresentar um documento com propostas para ajudar o MEC.

Os convites foram feitos por Renato Janine Ribeiro, que comandou a Pasta na época de Dilma Rousseff, depois da passagem de Cid Gomes. O hoje senador do PDT, aliás, não foi confirmado no evento até a tarde desta segunda-feira.

Além de Janine, estarão presentes José Goldemberg, Murílio Hingel, Aloizio Mercadante, Fernando Haddad e Cristovam Buaque.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Leia a Recomendação da Procuradoria a Weintraub para cancelar nota contra protestos

Ministério Público Federal dá dez dias a ministro da Educação para imediata retratação pública

O Ministério Público Federal deu prazo de dez dias para que o Ministério da Educação cancele a Nota Oficial emitida pela pasta no dia 30 de maio na qual ‘desautoriza’ pais, alunos, professores e funcionários a divulgarem ou estimularem protestos pelo direito à educação. A medida consta em uma recomendação encaminhada na sexta, 31, ao ministro Abraham Weintraub. O texto solicita que o MEC promova imediata retratação pública quanto à publicação e divulgação da nota.

As informações foram divulgadas pela Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), braço do Ministério Público Federal.

A recomendação é assinada conjuntamente pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas, e pela procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

A Procuradoria também recomenda que o Ministério da Educação se abstenha de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários, de universidades públicas e privadas e Institutos Federais de Ensino – incluindo análise, divulgação, discussão ou debate acerca de atos públicos, seja por meio de Nota Oficial ou pela prática de qualquer outro ato administrativo.

O Ministério Público Federal esclarece que ‘o não acatamento infundado da recomendação, ou a insuficiência dos fundamentos apresentados para não acatá-la total ou parcialmente, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis’.

O texto diz que a Constituição destaca a educação entre os direitos sociais do cidadão (artigo 6.º), declarando ser ‘direito de todos e dever do Estado e da família’.

O Ministério Público Federal ressalta que qualquer tentativa de obstar a abordagem, a análise, a discussão ou o debate acerca de quaisquer concepções filosóficas, políticas, religiosas, ou mesmo ideológicas – inclusive no que se refere à participação de integrantes da comunidade escolar em atos públicos – representa flagrante violação aos princípios e normas estabelecidos pela legislação brasileira.

COM A PALAVRA, O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A reportagem está tentando contato com o Ministério da Educação. O espaço está aberto para manifestação.

[topo](#)

FAPEG - NOTÍCIAS

Paraíba reunirá expoentes da Ciência, Tecnologia e Inovação do País no Fórum do Confap

Representantes das 26 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, incluindo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Britânico, Conselho Europeu e autoridades da área acadêmica/científica estarão reunidos em João

Pessoa, nos dias 6 e 7 de junho. O objetivo é discutir, durante o Fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), oportunidades de parcerias nacionais e internacionais em pesquisa e inovação e como superar as dificuldades financeiras para a pesquisa, em especial para a pós-graduação no Brasil.

A solenidade de abertura do Fórum do Confap Paraíba será aberta ao público e acontecerá na quinta-feira (6), às 9 horas, no auditório do Sebrae, com as presenças do governador do Estado, João Azevedo Lins Filho; do secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Aléssio Trindade; do secretário executivo de Ciência e Tecnologia da Paraíba, Claudio Furtado; representantes do MCTIC, CNPq, Finep, presidentes de Fundações de Amparo à Pesquisa e autoridades convidadas.

De acordo com a programação, às 9h40, haverá a palestra do secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT), Aléssio Trindade, e do secretário executivo de Ciência e Tecnologia, Claudio Benedito Silva Furtado, com tema: “SEECT – Um Arranjo Institucional de Sucesso”. Em seguida, será realizada uma mesa redonda com Agências Nacionais (MCTIC, CNPq, **Capes** e Finep) que discutirão “Como superar as dificuldades financeiras para a pesquisa, em especial para a pós-graduação no Brasil”.

A partir da programação da tarde do dia 6, será desenvolvida uma pauta interna iniciando às 14 horas, no Atlântico Praia Hotel, com mesa redonda entre Parceiros Internacionais, sobre Resultados e perspectivas dos acordos e convênios com o Confap, que beneficiam pesquisadores de vários Estados do Brasil, através de parceria com as FAPs estaduais. Em seguida, será apresentado o Programa Ciência na Escola, por Maria Zaira Turchi (MCTIC) e o Programa Popularização da Ciência, por Ivo Leite Filho (MCTIC). As ações do Sebrae serão tema de palestra do Sebrae Nacional.

O Fórum Confap Paraíba continua no dia 7, às 9 horas, com apresentações de Projetos de Pesquisa para Políticas Públicas – Parcerias, por José Ricardo de Santana – secretário executivo da CMED-SE; Um Caso de Planejamento: FAPDF, por Alexandre André dos Santos; e Relato dos Grupos de Trabalho e deliberações. O Fórum é uma realização do Confap – Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa e da Fapesq – Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba.

Pré-Evento – Colaboração Brasil/União Europeia

Antecedendo o Fórum, o Confap e a Fapesq vão realizar na próxima quarta-feira (5), o Workshop Colaboração Internacional entre Brasil e União Europeia em Pesquisa e Inovação, das 14 as 17h30, no Atlântico Praia Hotel. O evento é destinado às Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba, pesquisadores e demais interessados, para uma sessão informativa sobre as oportunidades de parcerias internacionais em pesquisa e inovação, com a União Europeia.

O objetivo do seminário é fortalecer a cooperação entre pesquisadores do Brasil e da União Europeia e Países Associados, assim como de organizações europeias e brasileiras, em ações conjuntas de Pesquisa e Inovação. De acordo com a programação, o evento terá início às 14 horas, com as presenças do vice-presidente do Confap, Fábio Guedes; o secretário executivo de Ciência e Tecnologia da Paraíba, Claudio Furtado, do presidente da Fapesq, Roberto Germano Costa, e representantes das instituições de ensino superior do Estado e de instituições internacionais. O primeiro tema a ser

debatido será “Cooperação entre Brasil e União Europeia no contexto do Horizonte 2020 e linhas gerais do próximo programa Horizonte Europa”, com Laura Maragna, da Seção de Ciência, Tecnologia e Inovação, Delegação da União Europeia no Brasil.

Em seguida serão passadas orientações práticas sobre participação e oportunidades, por Elisa Natola, assessora para Cooperação Internacional Brasil-Europa/Confap, que falará sobre Enrich in Brazil – European Network of Research and Innovation Centres and Hubs, Brazil. A programação segue com H2020 – Programas de fomento à mobilidade, por Marie Skłodowska-Curie Actions – MSCA: oportunidades de fomento da mobilidade com a União Europeia, e Elisa Natola, que falará sobre Ponto focal MSCA para o Brasil e Euraxess – Informações e apoio aos pesquisadores brasileiros interessados em oportunidades na Europa.

Outras oportunidades de cooperação internacional serão discutidas, tais como Cooperação com o British Council, UK Academies, Research Councils UK, Fundo Newton e oportunidades junto com a Fundação Bill & Melinda Gates, por Flávia Cerqueira, assessora para Cooperação Internacional/Confap e Cooperação com as Joint Programming Initiatives (JPIs) e outras parcerias bilaterais/multilaterais, por Elisa Natola.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universitário cearense vence prêmio internacional ‘Mitacs Globalink Research Award’

Dieric Guimarães terá pesquisa financiada e desenvolvida na Universidade de Toronto, Canadá.

O estudante do curso de Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor), Dieric Guimarães, venceu recentemente a premiação internacional ‘Mitacs Globalink Research Award’, iniciativa realizada pela organização canadense Mitacs, que desde 1999 reconhece projetos de relevância para a inovação social e industrial.

A competição reuniu pesquisadores de 14 países, como Estados Unidos, Austrália, Índia, Reino Unido, Japão e China, com os quais Dieric concorreu. Como prêmio, ele terá toda a sua pesquisa financiada no valor \$6.000 dólares, e desenvolvida pela renomada Universidade de Toronto, no Canadá, onde ficará de setembro a janeiro.

Dieric começou a pesquisar, já no primeiro semestre da graduação, sob a orientação da professora do curso de Direito, Dra. Mariana López Matias, como bolsista da Fundação Edson Queiroz (FEQ). O aluno que, atualmente, está no 8o semestre do curso tem trilhado uma trajetória de sucesso na área a qual se dedica e afirma que a oportunidade de estudar em Toronto é única. “Poderei crescer ainda mais como pesquisador, aprendendo, na Universidade de Toronto, novas técnicas e adquirindo mais experiência no campo da pesquisa científica. Essa possibilidade de trocar conhecimentos com alunos e professores de uma universidade renomada como a UfT será algo incrível, sem dúvidas irei ampliar meus conhecimentos e, de mesmo modo, minha visão de mundo”, destaca.

O trabalho vencedor, intitulado “Collective Organization and Legal Protection of Precarious and Informal Workers: Lessons from Canada and Brazil”, foi orientado pela professora doutora do curso de Direito da Unifor, Ana Virgínia Moreira Gomes,

principal incentivadora de Dieric para que ele participasse da seleção e pelo professor Dr. Anil Verma (UFT). O aluno dedicou meses à leitura de livros e artigos em português e inglês, para escrever a proposta de pesquisa.

“Meu projeto de pesquisa aborda a organização coletiva de trabalho e a proteção legal de trabalhadores precários e informais, fazendo um exame da realidade brasileira e canadense, em termos de legislações e de políticas públicas relativas ao tema. O objetivo é entender as dificuldades de trabalhadores precários e informais de se organizarem coletivamente e como esse impasse pode impactar na garantia do ‘trabalho decente’, conceito formalizado em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho, da qual fazem parte o Brasil e o Canadá”, explica o aluno.

Pesquisa na graduação: um universo de possibilidades

Depois de ingressar na vida universitária, os estudantes descobrem diversas atividades para além dos conteúdos programáticos da sala de aula, que contribuem de forma significativa para sua formação profissional e humana. A iniciação científica é uma delas!

Dieric, por exemplo, é pesquisador e bolsista do CNPq através da Fundação Edson Queiroz, e foi na pesquisa, que descobriu a paixão pela carreira acadêmica que deseja trilhar futuramente como professor universitário. “Tenho conciliado monitoria e pesquisa, me dedico integralmente às atividades acadêmicas e assim quero seguir. Tenho a pretensão de ingressar em um mestrado, mais especificamente, na linha de pesquisa sobre ‘Direito e Sociologia’ e, futuramente, pretendo continuar com o doutorado e pós-doutorado”, afirma ele.

Hoje, na Universidade de Fortaleza, através da Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, são ofertadas 300 bolsas de pesquisa destinadas a quem quer crescer dentro do meio acadêmico. Distribuídas em todas as áreas de conhecimento, elas são disponibilizadas em diferentes programas. São eles:

Programa de Iniciação Científica (Probic), da Fundação Edson Queiroz

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), do CNPq

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PBICT), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap)

Para se candidatar a uma bolsa, o aluno deve ficar atento aos lançamentos de editais e se cadastrar no Unifor Online, na área “Serviços” e clicando em “Iniciação Científica”, escolhendo sua área de interesse. Com isso, todos os professores que têm projetos de pesquisa nas áreas selecionadas vão visualizar no sistema a sua disponibilidade.

Segundo a professora de Direito Constitucional da Unifor e orientadora de Dieric, Ana Virgínia Moreira Gomes, “a participação na iniciação científica para o aluno da graduação, além da experiência, aprender como pesquisar, como escrever artigos científicos, possibilita criar uma rede de contatos de pesquisa. Além do conhecimento técnico, é importante começar a se relacionar com as pessoas, pesquisadores

conhecerem você e saberem do seu trabalho”, ressalta.

Direito na Unifor

Sobre a formação na Unifor, Dieric destaca os diferenciais da graduação em Direito. “É um curso que possui um corpo docente muito qualificado, promove um ensino que atrela a teoria ministrada em sala de aula com a prática através do EPJ. Além disso, fomenta a responsabilidade socioambiental dos alunos através do Programa Cidadania Ativa, bem como organiza eventos com palestrantes nacionais e internacionais que fortalecem a formação e geram ganho de conhecimento a nós, alunos. Sem deixar de mencionar a possibilidade de o aluno ter o contato com a pesquisa, através do NUPESQ-CCJ, e com a monitoria”, destaca.

O curso de Direito da Unifor é reconhecido pela sua excelência, com a nota máxima (5) na avaliação do MEC, principal indicador de qualidade do Ensino Superior. Oferece uma formação humanista com foco na ética, responsabilidade social e fortalecimento dos valores constitucionais, preparando os estudantes para o exercício profissional nos mais diversos campos de atuação.

Criado em 1976, primeiro da região Nordeste em uma instituição particular de ensino superior, o curso destaca-se no cenário educacional, integrando teoria e aprimoramento técnico, o que garante uma educação jurídica atenta às demandas globais e às peculiaridades regionais.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Sisu do 2º semestre terá 59 mil vagas para o ensino superior em todo o país, diz MEC

De acordo com a pasta, este é o maior número ofertado para o segundo semestre desde a criação do programa. Sistema usa notas do Enem para selecionar alunos que estudarão em universidades públicas.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o segundo semestre de 2019 vai oferecer 59 mil vagas em 1,7 mil cursos de 76 instituições, afirmou nesta segunda-feira (3) o Ministério da Educação. De acordo com a pasta, este é o maior número ofertado para o segundo semestre desde a criação do programa.

O Sisu é um sistema de seleção que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critério de seleção para universidades públicas de todo o país.

Os candidatos interessados em concorrer deverão se cadastrar no site do Sisu (<http://www.sisu.mec.gov.br/>) a partir desta terça-feira (4) até sexta-feira (7). O resultado será divulgado na segunda-feira (10).

Sisu do 2º semestre abrirá inscrições em 4 de junho

Contingenciamento nas federais

Segundo a pasta, o bloqueio de R\$ 1,704 bilhão no orçamento das universidades e institutos federais não mostrou, até agora, impacto na seleção de novos alunos.

"No que diz respeito à oferta de vagas, as universidades têm autonomia completa. Não temos notícia de que [a admissão de alunos] tenha sido prejudicada. A gente acha que pode ser ofertado até mais, considerando o período noturno, e estamos conversando com as instituições", afirma o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Barbosa

de Lima Junior.

Questionado sobre o impacto dos sucessivos contingenciamentos – que começaram ainda em 2014 – no orçamento das federais, Lima disse que é preciso "virar a página" e aguardar a retomada do crescimento a partir das reformas econômicas. Assim como o ministro Abraham Weintraub, o secretário era da equipe econômica da Casa Civil antes de assumir o cargo.

"O Poder Executivo pediu autorização de emitir dívidas para pagar contas correntes. É como você pagar o aluguel da casa com cartão de crédito. Todos os ministérios têm contingenciamento. A gente precisa virar um pouco a página para que o país se consolide. Tem que consolidar responsabilidade social e responsabilidade fiscal. São os melhores números do Sisu, não estamos vendo nenhuma questão atípica aqui", disse.

Requisitos

Para se candidatar, é necessário ter feito o Enem 2018 e tirado nota superior a zero na redação.

Calendário

Inscrições: 4 a 7 de junho

Resultados: 10 de junho

Matrículas: 12 a 17 de junho

Lista de espera: manifestar interesse de 11 a 17 de junho

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Novo centro da UFF vai debater desigualdades globais

O Centro de Ciência Social Histórica sobre Desigualdades Globais, novo polo de excelência inaugurado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), será uma espécie de sucessor do 'Fernand Braudel Center', da Universidade de Nova Iorque que, depois de 40 anos, está encerrando suas atividades. A informação foi dada hoje (3) à Agência Brasil pelo professor da Faculdade de Direito Douglas Leite, um dos quatro coordenadores da nova unidade.

Os professores da UFF fazem parte de uma rede internacional de pesquisas, da mesma forma que ocorre com os pesquisadores do Centro Fernand Braudel. A orientação dessa rede foi que uma das universidades fosse escolhida pela sua tradição, pela orientação na área de historiografia e estudos de cena mundial, para receber o acervo do centro estrangeiro. A UFF foi a selecionada e vai se organizar como novo polo difusor dessa rede, que inclui universidades do mundo inteiro, em particular as situadas na periferia da cena mundial. "Estou falando da Turquia, da África do Sul, do Brasil", disse Douglas Leite.

Como a UFF tem um programa de pós-graduação em história muito consolidado no exterior e no Brasil, e também na área de direito, o Centro de Ciência Social sobre Desigualdades Globais vai ser, inicialmente, um polo que receberá e procederá a instalação da biblioteca do 'Fernand Braudel Center' e se organizará a partir da criação de grupos de trabalho e linhas de pesquisa que seguem a mesma dinâmica do centro

norte-americano.

Sistema mundo

O novo polo da UFF vai seguir uma tradição do ‘Fernand Braudel’ que é o estudo do que se chama Teoria do Sistema Mundo ou economia mundial. “É uma concepção teórica abrangente que concebe o estudo das desigualdades de maneira interligada”. De acordo com o professor, a chamada desigualdade de renda é só mais um aspecto de outras hierarquias e desigualdades que são, não só materialmente diversas, ou seja, que mostrem desigualdades de status, de gênero e raça, como também se reproduzem globalmente. “Não acontece isso somente no nível nacional, mas se articulam globalmente”.

O professor Leite explicou que a Teoria do Sistema Mundo é um modo de pensar a articulação das diferentes formas de desigualdade do ponto de vista teórico e também do ponto de vista espacial e temporal. Três dos quatro professores que coordenam o novo centro de ciência social têm experiência no estudo da escravidão moderna. “De saída, os estudos (do centro) se concentram no modo como as formas de divisão do trabalho na modernidade, e a escravidão é uma dessas formas, importam para as hierarquias que a gente vive ainda hoje”. Esclareceu que falar de escravidão não pode deixar de abordar a desigualdade de raça e de renda.

Tema comum

O centro vai funcionar como polo de pesquisa a partir de grupos de trabalho de diferentes lugares do mundo e com temas afins, que fazem com que essa pretensão que é articular ciência social, história, economia, geografia, letras, se debruce sobre um tema comum. Segundo Douglas Leite, são diferentes aspectos da desigualdade. Alguns projetos são verticalizados e têm estrutura empírica mais detalhada, enquanto outros são pensados em sua estrutura mais ampla, do ponto de vista global. “São diferentes linhas de pesquisa que absorvem grupos de trabalho articulados internacionalmente a partir de projetos”, definiu o professor.

O primeiro projeto do centro, que ocorrerá simultaneamente com a transferência do acervo do ‘Fernand Braudel’, foi elaborado pelo Instituto de História e obteve o primeiro lugar no edital de internacionalização da UFF de 2018. Ele reúne professores de vários cursos. “Essa é a plataforma de saída para estruturar o centro”.

A ideia é que o centro possa obter financiamento para reestruturar o espaço do Instituto de Ciências Humanas que abrigue o Centro de Ciência Social sobre Desigualdades Globais e também seja um espaço aberto para a universidade, para recepção de professores visitantes e alunos de pós-graduação de outros países. “Que seja um espaço de circulação internacional a partir do centro, que combine não só pesquisa, mas também ensino”. As reuniões entre pesquisadores poderão ocorrer presencialmente e também à distância. “Deve ser um espaço pensado para que outros professores e alunos se instalem aqui. É uma prática internacional”, reforçou Leite.

Encerramento

O primeiro maior evento envolverá o encerramento do ‘Fernand Braudel Center’ tanto em Nova Iorque como na UFF. Isso deverá ocorrer até metade de 2020, quando toda a

biblioteca do centro americano, constituída por cerca de 20 mil títulos, deverá estar transferida para o Brasil. Douglas Leite disse que o centro da UFF tem, entre seus fundamentos, a possibilidade de produzir diálogo e pesquisa a partir de espaços exteriores à universidade, de modo a englobar também atores de movimentos sociais, formuladores de políticas públicas e centros empresariais, “sem nenhum preconceito”.

Leite afirmou que como o centro parte de pesquisas já iniciadas e, ao mesmo tempo, do grande projeto de internacionalização, “a rigor, ele já tem trabalho”. Esclareceu que o desenvolvimento do novo polo, com o número de grupos de trabalho e de linhas de pesquisa definidos, será construído a partir de agora, após seu lançamento, registrado na última sexta-feira (31).

Durante o evento que marcou o lançamento do centro da UFF, o diretor adjunto do ‘Fernand Braudel Center’, Dale Tomich, declarou que a escolha da universidade herdeira do acervo não foi aleatória. Para ele, “a UFF é o lugar ideal para um centro de pesquisa que visa gerar discussões sobre esses temas”.

Integram a coordenação do Centro de Ciência Social sobre Desigualdades Globais da UFF os professores Leonardo Marques e Tâmis Parron, do Instituto de História, e Rogério Dultra, da Faculdade de Direito.

topo ↕

UNIVERSO RACIONALISTA - TEMPO REAL

Estudo desvenda a física da criação de nanopartículas de prata

Nanopartículas com aplicações tecnológicas na fabricação de materiais fotoluminescentes e bactericidas vêm sendo investigadas há alguns anos pela equipe do químico Elson Longo, do Centro de Materiais Funcionais (CDMF) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Recentemente, um estudo com simulações computacionais e experimentos verificou os processos físicos que influenciam a criação dessas nanopartículas, o que vai ajudar os pesquisadores a controlarem suas propriedades. O trabalho conduzido pelo físico Edison Zacarias da Silva e o químico Miguel San-Miguel, ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi destaque de capa da edição de 2 de maio do Journal of Physical Chemistry C.

Como Silva explica no vídeo, as nanopartículas de prata são produzidas a partir de um material conhecido como tungstato de prata (α -Ag₂WO). Em uma câmara de vácuo, um pedaço desse material irradiado pelo feixe de elétrons de um microscópio eletrônico libera pequenas nanopartículas com de 4 a 8 nanômetros de comprimento, que em seguida se coalescem, formando nanopartículas maiores. “Tentamos entender por que essas partículas se comportavam dessa maneira”, diz o físico.

Por Igor Zolnerkevic

Publicado na Sociedade Brasileira de Física

Nanopartículas com aplicações tecnológicas na fabricação de materiais fotoluminescentes e bactericidas vêm sendo investigadas há alguns anos pela equipe do químico Elson Longo, do Centro de Materiais Funcionais (CDMF) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Recentemente, um estudo com simulações computacionais e experimentos verificou os processos físicos que influenciam a criação dessas nanopartículas, o que vai ajudar os pesquisadores a controlarem suas propriedades. O trabalho conduzido pelo físico Edison Zacarias da Silva e o químico

Miguel San-Miguel, ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi destaque de capa da edição de 2 de maio do Journal of Physical Chemistry C.

Como Silva explica no vídeo, as nanopartículas de prata são produzidas a partir de um material conhecido como tungstato de prata (α -Ag₂WO). Em uma câmara de vácuo, um pedaço desse material irradiado pelo feixe de elétrons de um microscópio eletrônico libera pequenas nanopartículas com de 4 a 8 nanômetros de comprimento, que em seguida se coalescem, formando nanopartículas maiores. “Tentamos entender por que essas partículas se comportavam dessa maneira”, diz o físico.

Somos uma plataforma dedicada ao conhecimento que só poderá continuar a existir graças a sua comunidade de apoiadores. Saiba como ajudar.

Os pesquisadores chegaram à resposta por meio de simulações computacionais detalhadas da dinâmica molecular dos nanocristais liberados pelo material no vácuo. Os resultados das simulações foram confirmados por novos experimentos conduzidos por Thales Machado, físico do CDMF, utilizando um avançado microscópio eletrônico do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

“O campo elétrico do feixe de elétrons causa nessas partículas um efeito muito interessante chamado de ressonância superficial de plasma”, Silva explica. “A partícula é eletricamente neutra mas o campo elétrico faz com que suas cargas elétricas oscilem, produzindo nanodipolos elétricos. Quando dois nanodipolos se alinham, sofrem uma atração mútua. Então as nanopartículas se encontram e formam uma nova maior.”

Colaboraram no trabalho vários pesquisadores do CDMF, além do físico Giovanni Faccin, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o químico Juan Andrés, da Universidade Jaume I, na Espanha. O trabalho teve apoio financeiro das agências CAPES, CNPq, FINEP e FAPESP.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC diz que cortes no orçamento não afetam oferta de vagas do Sisu

O MEC (Ministério da Educação) informou hoje que o bloqueio de cerca de R\$ 2 bilhões no orçamento das universidades e institutos federais de ensino não deve afetar a quantidade de vagas ofertadas no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) do segundo semestre.

Serão 59 mil vagas neste segundo semestre --segundo o MEC, o maior número ofertado para este período do ano em uma década. As vagas estão distribuídas por 1.731 cursos de 76 instituições de ensino em todo o país.

"Quanto à oferta de vagas, as universidades têm autonomia. Mas a gente não tem nenhuma notícia de que não foi ofertada [alguma vaga]. Pelo contrário, temos aqui um pico histórico. E acreditamos ser possível ter ainda mais vagas explorando o turno noturno", disse Arnaldo Barbosa Júnior, secretário de ensino superior do MEC.

O secretário defendeu ainda que o contingenciamento na área da educação acontece devido a uma "situação fiscal sensível" do país.

No MEC, o bloqueio orçamentário atinge 30% dos recursos discricionários (que

envolvem gastos como luz, água e obras, mas não salários) das universidades federais. Reitores têm afirmado ter receio de que os cortes façam com que as instituições fechem as portas no segundo semestre. Estudantes e professores foram às ruas duas vezes nas últimas semanas para protestar em defesa da educação.

"Precisamos consolidar responsabilidade fiscal com responsabilidade social", disse, afirmando que o MEC tem dialogado com reitores das instituições de ensino superior e também com parlamentares autores de emendas direcionadas para a área da educação.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior para quem fez o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano passado.

As inscrições para o Sisu começam amanhã e vão até as 23h59 de sexta-feira (7). O resultado será divulgado no dia 10 de junho.

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Realizado pela Ufam, Capes e PNUD Brasil

O atlas é uma realização da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio do Centro de Ciências do Ambiente (CCA) e Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCA-SA), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil).

E tem como parceiros o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Se-plancti), o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e a Associação Amazonense de Municípios (AAM).

A iniciativa conta com apoio do Núcleo de Socioeconomia da Ufam e dos laboratórios Multitemático e Socio Ambiental da universidade federal.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

UFG é premiada por realizar testes farmacêuticos sem a necessidade de cobaias

Um dos maiores desafios das indústrias farmacêutica e de cosméticos é o desenvolvimento de tecnologias que permitam a realização de testes de novos produtos sem o uso de animais. Novas regulações impostas pelos países - e também recomendadas pela Organização Mundial de Saúde - têm aumentado a necessidade de inovação nesse campo.

Na Universidade Federal de Goiás, um laboratório se tornou referência no assunto. O Tox In, criado em 2004, permite a realização de testes com alto grau de confiabilidade sem a necessidade de cobaias.

O laboratório também serve como referência para pesquisas nacionais e internacionais que pretendam seguir os novos parâmetros estabelecidos pelos órgãos de regulação.

“Temos atendido a necessidade do Brasil e dos países da América do Sul nas mudanças das práticas de ensino, pesquisa e atividades regulatórias por meio da capacitação de recursos humanos”, explica a professora Marize Valadares, idealizadora do laboratório.

No ano passado, trabalho desenvolvido no Tox In gerou reconhecimento internacional: o laboratório recebeu o prêmio Lush, concedido na Inglaterra a organizações que

colaboram com a substituição de animais em testes científicos. Na premiação, o Tox In superou dois competidores da Holanda, um da China e um no Japão.

O prêmio reconheceu os esforços da equipe na “disseminação de métodos alternativos no Brasil e na América do Sul” para a “criação de uma rede multiprofissional para educação e treinamento”.

Hoje, as atividades estão a cargo de cinco alunos de graduação, quatro mestrandos e cinco doutorandos.

Um dos projetos desenvolvidos no laboratório foi o desenvolvimento de modelos “biomiméticos” (artificiais) de córneas, para avaliar a toxicidade de produtos farmacêuticos. Em vez de usar órgãos de animais - ou de cadáveres humanos - a pesquisa se valeu de substâncias que imitam a composição da córnea.
"Receita e prestígio"

Os benefícios desse método vão muito além do bem-estar animal: dali podem surgir técnicas inovadoras que gerem receitas econômicas para o país e prestígio acadêmico para a universidade. Mais do que isso: “As novas tecnologias garantem resultados confiáveis e de relevância para a saúde humana, uma vez que o homem não é um camundongo de 70 quilos”, afirma Marize.

Além do reconhecimento, o prêmio obtido na Inglaterra foi importante para a continuidade dos trabalhos do laboratório, já que o Tox In foi contemplado com 50 mil libras (cerca de 255 mil reais). Problema: até agora o laboratório não pôde usar um centavo sequer. A burocracia excessiva que vigora nas universidades federais ainda impede o uso dos recursos.

“Hoje este recurso compreende 100% da verba que o laboratório que coordeno dispõe para manter as atividades do grupo”, diz a professora. Ou seja: enquanto o dinheiro não for liberado, as atividades ficam seriamente prejudicadas.

Ao longo de sua existência, o laboratório já obteve financiamento de órgãos federais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, estaduais e de empresas privadas, por meio de parcerias firmadas com empresas - a indústria farmacêutica é um dos setores mais importantes da economia de Goiás.

Além do prêmio Lush, o laboratório acumula 21 distinções nacionais e internacionais. A equipe já produziu cerca de 100 artigos científicos e atuou para a obtenção de dez patentes.

No Brasil, entretanto, a inovação tem um custo alto. As atividades do Tox In dependem de produtos importados, que chegam ao país com um preço elevado. A liberação desses itens na alfândega é um processo complexo, que pode levar meses. Pior: por causa do armazenamento inadequado, por vezes os itens são inutilizados antes mesmo de chegarem ao laboratório.

“Precisamos de uma renovação do arcabouço legal brasileiro que trata desses assuntos para que problemas do tipo não sejam empecilhos no processo de inovação tecnológica

brasileiro”, pede a professora. Ela diz que, se nada mudar, as consequências serão desastrosas: “Tenho verificado uma perda dos jovens pesquisadores brasileiros para outras nações”.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

70% dos alunos das universidades federais são pobres? Especialista discute possível viés de seleção amostral

Para Alexandre Patriota, professor de estatística da USP, a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de universidades públicas teve divulgações inadequadas

Por que prometer um smartphone para os alunos que respondessem a um censo dos estudantes de graduação em universidades públicas? Pois foi o que fez a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Além de disponibilizar um laboratório para os alunos acessarem computadores e preencherem a pesquisa, a instituição prometeu, em junho de 2018, entregar um celular J5 Pro 32 GB a um dos alunos que colaborasse: “O sorteio é uma promoção da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e ocorrerá no Parlatório, dia 2 de julho, às 17 horas. Os acadêmicos que já responderam ao questionário também estão concorrendo ao brinde”.

A instituição ainda anunciou que era obrigada a fazer com que seus alunos preenchessem a pesquisa. “Conforme o relatório parcial, até a tarde desta quarta-feira (20/06), pouco mais de 30% haviam respondido ao documento. A meta obrigatória da UFRR é alcançar 50%”. E justificou a participação explicando que ela tinha valor estratégico: “Além de concorrer a um prêmio, os estudantes da UFRR devem sentir-se motivados a responder a pesquisa para garantir a continuidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o qual proporciona aos discentes em situação de vulnerabilidade econômica a assistência necessária para garantir a permanência no Ensino Superior”.

Divulgada no dia 17 de maio, em meio à polêmica do contingenciamento de verbas para a educação, a pesquisa em questão foi realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace). Em sua quinta edição, a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais chegou à conclusão de que a maioria dos alunos das universidades públicas pertencem às classes C, D e E.

O estudo indicou que o percentual de cotistas saiu de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018. E que o percentual de estudantes pobres subiu: se no primeiro levantamento, realizado em 1996, ele estava em 44,3%, e se manteve estável nos estudos de 2003 e 2010, o percentual chegou a 66,2% em 2014 e em 70,2% em 2018. Por outro lado, o estudo apontou que 51,2% dos estudantes se declaram negros, contra 60,6% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números foram alcançados graças ao preenchimento de um formulário online. Mas as informações divulgadas pela UFRR indicam que o estudo poderia ter sido direcionado, o que poderia comprometer os resultados. Alexandre Patriota, professor de estatística da Universidade de São Paulo (USP), apontou algumas instituições que ajudaram na divulgação da pesquisa estavam motivando bolsistas a responderem. “Algumas instituições, que ajudaram na divulgação da pesquisa, estavam motivando

bolsistas a responderem”, ele afirma.

“Extrema importância”

A Unirio, por exemplo, divulgou, no dia 16 de junho, uma nota estimulando especificamente os bolsistas a participar do estudo: “Prezados(as) Bolsistas e Alunos(as) com Auxílio Alimentação e/ou Moradia, Reiteramos a solicitação, de preenchimento da V Pesquisa de perfil socioeconômico e cultural, dos Graduandos das IFES”.

Por sua vez, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) divulgou o seguinte argumento a favor do levantamento da Andifes: “Além de ajudar na elaboração de políticas de assistência estudantil mais eficazes, a pesquisa é de extrema importância na defesa da educação superior gratuita brasileira. No ano passado, os resultados da última edição serviram como base para questionar dados divulgados em um relatório do Banco Mundial, que sugeria mudanças radicais no Sistema das Universidades Públicas Federais”

“As mensagens motivam um tipo de aluno (os bolsistas de baixa renda) a responder à pesquisa”, afirma Alexandre Patriota. “Essa forma de divulgação pode causar um viés de seleção, pois alunos com renda mais baixa sentem-se mais motivados a responder para manter programas de assistência dos quais eles participam”, diz o professor, que faz a ressalva: “Não é possível saber se houve de fato um viés de seleção sem estudar minuciosamente os dados da pesquisa. Para verificar se as divulgações acima causaram um viés de seleção, deve-se comparar os microdados da pesquisa com os consolidados de outras pesquisas confiáveis. Caso seja constatado um viés de seleção, os resultados da pesquisa estariam comprometidos”.

Mas por que, ainda na fase de coleta de dados, a UFJF menciona a importância de entregar dados que contestem um relatório do Banco Mundial?

Em novembro de 2017, o Banco Mundial apresentou o relatório Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. O texto afirma:

“As despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. Uma reforma do sistema poderia economizar 0,5% do PIB do orçamento federal. O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçada”.

Dados discrepantes

Mas, principalmente, o estudo apresenta um dado muito diferente do defendido pela Andifes: “Além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população. Portanto, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira”.

O Banco Mundial conclui, sugerindo que o Brasil cobre mensalidades dos alunos de universidades públicas: “Uma vez que diplomas universitários geram altos retornos pessoais (em termos de salários mais altos), a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser

pagos com os salários futuros dos estudantes. O Brasil já fornece esse tipo de financiamento para que estudantes possam frequentar universidades particulares no âmbito do programa FIES. Não existe um motivo claro que impeça a adoção do mesmo modelo para as universidades públicas”.

Na época, Emmanuel Zagury Tourinho, reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e presidente da Andifes, criticou o estudo do Banco Mundial: “O documento contém inúmeros erros na apresentação do Sistema de Universidades Públicas Federais, que merecem reparo”, ele escreveu.

“Além disso, parte da justificativa afirma que as políticas públicas têm favorecido os mais ricos, mas não refere a acentuada injustiça tributária no país, muito menos recomenda a tributação de grandes fortunas ou a revogação de desonerações fiscais que favorecem grandes grupos econômicos, medidas que poderiam financiar iniciativas de combate à desigualdade, problema maior da nação. Limitado a indicadores financeiros, o documento ignora dados da realidade social brasileira e o papel das universidades públicas no desenvolvimento econômico e social do país”.

Procurada, a Andifes não se manifestou, assim como a UFRR, UFJF e a Unirio.

topo ↕

O POVO - CE - CEARÁ **A UFC e a voz da maioria**

Ainda que se reconheça que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem a prerrogativa legal de escolher o próximo ocupante do posto de reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), é saudável para a instituição que o chefe da nação acolha a vontade da comunidade acadêmica, expressa majoritariamente em duas etapas de votação - uma consultiva e outra decisiva.

Ora, ao mandatário do País cumpre a tarefa constitucional de designar o nome do gestor que sucederá a Henry Campos, atual reitor, pinçando-o de uma lista composta por três postulantes, os quais foram escolhidos numa eleição realizada pela instância máxima da UFC, o Conselho Universitário (Consuni).

De ambas as fases emergiu, com ampla vantagem numérica, o candidato Custódio Almeida, atual vice-reitor, a quem se seguiram Cândido Albuquerque e Maria Elias Soares. São esses os nomes que integram a lista agora sob a análise de Bolsonaro.

O ideal, reitera-se, é que o presidente pondere essa escolha, priorizando fatores técnicos e livrando-a de qualquer espécie de ranço político que possa cercar tal decisão. Para tanto, convém primeiro observar atentamente como se comportou a maior parte do corpo de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da UFC na consulta feita em 8 de maio e na reunião do Consuni, no dia 20 do mesmo mês. Segundo, é importante avaliar criteriosamente o perfil de cada um dos presentes na lista tríplice.

Se respeitar esses parâmetros, adotando baliza racional e tendo como objetivo precípuo apenas a garantia da qualidade da educação e o cumprimento das metas fixadas pelas próprias entidades de ensino superior, Bolsonaro terá feito boa escolha. Do contrário, contribuirá para a instabilidade de uma instituição cuja trajetória é marcada pelo respeito à diversidade e à maturidade da comunidade que a integra.

Num cenário já suficientemente conflagrado no qual a interferência inoportuna de elementos ideológicos têm produzido tensões desnecessárias, recepcionar o primeiro da lista de candidatos a reitor seria também mostra de que o presidente entende a importância da autonomia das universidades e está disposto a estabelecer um canal de diálogo produtivo, orientando-se por uma relação republicana tanto com estudantes quanto com professores.

Afinal, o País não há de colher bons frutos com a persistência do discurso de beligerância que tem sido uma constante no Ministério da Educação (MEC) nestes cinco meses de governo. É hora de rever posições, acenar ao entendimento e começar a governar de fato, pautando-se exclusivamente pelo bem comum.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Gravidez e depressão no caminho do ensino superior

Para além da dificuldade de seguir o caminho da educação após a formatura no ensino médio, há quem enfrente as dificuldades para concluir os estudos na educação básica. Sarah Aniceto, 21, descobriu que estava grávida em 2016. Entrou em depressão e não conseguiu continuar os estudos na Escola Estadual Pedro Aleixo. Depois, teve dificuldade de conciliar as aulas com os cuidados com a filha, que hoje tem 2 anos. Agora, tenta retomar os estudos, com aulas particulares para conseguir concluir o ensino médio por meio do Enceja e ir em busca do desejo de se tornar professora de sociologia: “A gente tem oportunidades diferentes e é muito mais difícil conseguirmos seguir estudando. Mas eu já coloquei pra mim que vou me esforçar muito para minha filha não repetir a mesma história.”

topo ↕

JORNAL BOA VISTA - TEMPO REAL

PIBID Biologia da URI desenvolve projeto de promoção à saúde em escola de Erechim

Cuidado! O álcool transforma. O consumo de bebida alcoólica representa um enorme risco para a nossa sociedade. Pesquisas apontam que ela é responsável, direta e indiretamente, pela maior parte das mortes entre adolescentes e causa de parcela expressiva dos problemas sociais.

No Brasil, a iniciação no uso de bebida alcoólica acontece ainda na infância o que faz com que o tema seja ainda mais preocupante. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde na Escola, a primeira experiência dos jovens com o álcool acontece em torno dos 12 anos. E os índices de jovens que consomem com regularidade aumentaram de 50,3% para 55,5% em três anos.

No Rio Grande do Sul, essa prevalência chega a 68%. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem como meta reduzir o consumo nocivo de bebidas alcoólicas no mundo em 10% até 2025. O Brasil está acima da média mundial de consumo per capita de bebidas alcoólicas, que é de 6,4 litros por ano, enquanto o consumo brasileiro é de 7,8 litros/ano.

Entre as estratégias recomendadas pela OMS estão: a) a taxação da indústria e do comércio; b) o acesso mais fácil a tratamento para os dependentes; c) a criação de programas de prevenção contra o uso abusivo; e d) regulação da publicidade de marcas de bebidas em competições esportivas, TV e outros meios.

Segundo a OMS, uma pessoa morre a cada dez segundos por 200 causas relacionadas ao

álcool, como acidentes, mortes violentas e doenças como a cirrose e câncer. São 3,5 milhões de vítimas fatais ao ano. No Brasil, em 2017, foram mais de 72 mil mortes seja de forma total ou parcial atribuíveis ao álcool.

Colocar em pauta a discussão sobre o consumo de bebidas alcoólicas entre crianças e adolescentes e incentivar a troca de ideias entre a escola, família, comunidade e a juventude é um fator positivo para reduzir a experimentação de álcool e drogas pelos jovens. Para combater essa situação, os Ministérios da Educação e da Saúde, por meio do Programa Saúde na Escola, desenvolvem uma campanha de prevenção ao uso de álcool e tabaco e outras drogas.

No início deste ano, no Rio Grande do Sul, o Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões e da Promotoria da Infância e da Juventude, lançou, em edição extraordinária do Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, a Campanha “Cuidado: O álcool transforma”.

Considerando a importância do tratamento da temática no cotidiano escolar, o Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da URI planejou, em parceria com a equipe diretiva, docentes da Escola Estadual de Educação Básica Irany Jaime Farina e comunidade (Setor de Educação Permanente da 11ª Coordenadoria Regional de Saúde, 15ª Coordenadoria Regional Educação, CRAS Progresso, Polícia Civil, Brigada Militar, Polícia Rodoviária, entre outras), um projeto de intervenção que foi desenvolvido no mês de maio último.

O trabalho buscou informar, alertar e refletir com crianças e jovens sobre os prejuízos do consumo de bebidas alcoólicas, bem como chamar atenção para outros aspectos desta questão que requer atenção de todos (família, escola, pais, filhos, professores e sociedade).

No lançamento do Projeto, após a participação dos envolvidos em uma palestra sobre o tema, foi implantado na Escola um Coletivo Jovem de Saúde e Meio Ambiente, constituído por dois representantes por turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolhidos pelos seus pares. Estes estudantes, juntamente com os professores do educandário e equipe do PIBID, foram responsáveis por liderar as atividades do Projeto.

O tema foi estudado em sua complexidade enfatizando a dimensão social e da saúde associada ao consumo de bebidas alcoólicas, por meio do estudo de diferentes tipologias textuais, vídeos, depoimentos, entrevistas, pesquisas de opinião sobre o tema, pesquisas bibliográficas, palestras, entre outros.

Andriele Sadowski Majewski, estudante do Curso de Biologia e bolsista do PIBID, destacou que cada turma, como produto final, elaborou um material de educomunicação para apresentar no Seminário de Culminância, realizado nos dias 30 e 31 de maio, com a participação de convidados da comunidade.

Nesse Seminário os estudantes apresentaram, por meio de diferentes estratégias (peças de teatros, teatro de fantoches, vídeos, poesias, palestras, jornal informativo, depoimentos) reflexões muito importantes sobre o tema.

Segundo a professora Sônia Balvedi Zakrzevski, Coordenadora do PIBID Biologia, o trabalho desenvolvido pela comunidade da Escola Irany, aliado a outros, contribui na formação de cidadãos capazes de fazer escolhas com autonomia e assumirem a importância imediata e futura de suas decisões, com a responsabilidade que se espera para os jovens. Os produtos finais do Projeto, a partir da próxima semana, serão apresentados em outras escolas do município de Erechim, buscando sensibilizar crianças e jovens para o não consumo de bebidas alcoólicas.

Essa é apenas uma das atividades desenvolvidas pelo Curso de Ciências Biológicas. Os futuros acadêmicos que podem ingressar via vestibular de verão terão a possibilidade de envolver-se no PIBID Biologia, um Programa Federal da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** que destina bolsas para estudantes que estejam cursando a primeira metade de curso de licenciatura.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

As metas para o ensino em que o Brasil já foi reprovado ou está em recuperação Especialistas temem que, no ritmo atual, avanços previstos no PNE não sairão do papel tão cedo

Principal tema dos protestos recentes em diversas cidades brasileiras, a educação pública ainda está longe de alcançar a maioria das metas estabelecidas por lei para melhorar e ampliar o ensino na formação infantil, básica, superior e de jovens e adultos.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em lei de 2014 após três anos de debate no Congresso Nacional e que estabelece um conjunto de 20 metas (e submetas) para serem cumpridas entre 2015 e 2024, já tem boa parte dos objetivos descumprida, ou distantes do cumprimento para daqui a cinco anos, seu prazo de validade.

Algumas metas, porém, tiveram etapas preliminares cumpridas, resultando em avanços, por exemplo, nas notas das crianças que cursam os primeiros anos do ensino fundamental, e na tomada de medidas iniciais para a melhoria da formação de docentes.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil temem que, no ritmo atual, avanços importantes previstos no PNE não sairão do papel tão cedo. "(A maioria das metas) caminha a passos lentos, o que torna a efetivação do PNE ao fim de 2024 uma realidade cada vez mais improvável", afirma relatório recém-divulgado pela ONG Campanha Nacional Pelo Direito à Educação a respeito do cumprimento do Plano.

Mesmo na educação superior —tema central das demandas feitas nos protestos do dia 15 e do dia 30 de maio —, houve alguns avanços. Já foi batida, por exemplo, a meta de chegar a 60 mil brasileiros com mestrado. Mas o país ainda está bem distante de alcançar o patamar desejado de formação de professores especificamente na área em que lecionam.

Para Claudia Bandeira, da entidade Ação Educativa, houve um "esvaziamento" do Plano desde a sua criação, com poucos mecanismos oficiais de monitoramento do cumprimento das metas.

Em seu site, o Ministério da Educação (MEC) destacou em abril que o PNE é uma política pública que "ultrapassa governos", uma vez que se estende até 2024, e traz

"responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e municípios", com um "planejamento de médio prazo que orientará todas as ações na área educacional do país", exigindo que cada ente federativo tenha seu plano próprio.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, citou o PNE em sua audiência recente na Câmara dos Deputados, falando da necessidade de que o plano volte a ser debatido e que os investimentos tenham foco nas etapas iniciais da educação, consideradas prioritárias pelo governo.

A seguir, a BBC News Brasil destrincha os principais aspectos das metas, de forma resumida, com base em conversas com especialistas, no relatório da Campanha Pelo Direito à Educação e no levantamento do Observatório do PNE, feito pela organização Todos Pela Educação.

Na educação básica, o PNE havia estipulado metas a serem alcançadas nas avaliações do Ideb (medição oficial que o governo faz a cada dois anos nas escolas e usa para avaliar a qualidade do ensino) dos alunos da 6ª a 9ª séries e do ensino médio, mas nenhuma delas foi alcançada até agora nessas etapas. A meta para o ensino médio em 2017, por exemplo, era de uma nota de 4,7 (em uma escala de zero a dez), mas a média geral dos alunos brasileiros foi 3,8. Também previa que, até 2016, todos os adolescentes de 15 a 17 anos estivessem frequentando a escola. Não estão: em 2018, 91,9% dos adolescentes dessa idade estavam matriculados.

Para o Observatório do PNE, um dos grandes desafios é que, nos anos finais do ensino fundamental, o ensino "não consegue dar continuidade ao crescimento apresentado nos anos iniciais", em razão da evasão escolar, da reprovação de alunos e da desconexão entre a realidade da escola e a dos adolescentes.

Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Pelo Direito à Educação, "o Brasil corre a maratona (da educação básica) como se fosse uma corrida de 100 m, ou seja, acelera seu desempenho nos anos iniciais (nos quais as metas têm sido cumpridas), mas perde fôlego nos finais".

Na educação infantil, até 2016, era esperado que todas as crianças de 4 a 5 anos tivessem acesso à pré-escola, meta que não foi cumprida até agora. Segundo os dados mais recentes da Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 93% a taxa de escolarização nessa faixa etária, em média nacional, em 2017. A educação infantil de qualidade é considerada crucial por especialistas em primeira infância, por se tratar de um período da vida da criança em que seu cérebro está mais maleável, permitindo enormes ganhos de aprendizado - janela que diminui quando as crianças crescem.

Em 2015, também havia a expectativa de que 93,5% da população de 15 anos ou mais estivesse alfabetizada. Mas o país não chegou lá, embora agora esteja mais perto: em 2018, 93,2% dessa população se encontrava alfabetizada. São, no entanto, na prática, ainda 11,5 milhões de jovens e adultos brasileiros que não sabem ler ou escrever.

Além disso, o PNE previa que, até 2015, o Brasil tivesse todos os seus professores com formação específica de nível superior na área em que atuam. Até 2018, porém, cerca de 62% dos professores de ensino médio e 52% de fundamental tinham formação em suas

respectivas disciplinas.

O que já foi cumprido ou está perto de ser

O Brasil avançou no acesso à educação --desde a básica até a técnica e superior --, algo que está relacionado a diferentes metas do PNE. Mas as metas cumpridas do PNE não são muitas.

Uma vitória importante é que as crianças da 1ª à 5ª série passaram as médias estipuladas para o Ideb (a medição feita pelo governo): a nota média de 5,7, almejada para 2019, foi superada ainda em 2017.

No ensino superior, o Brasil bateu a meta de ter mais de 75% dos professores de educação superior com cursos de mestrado ou doutorado e também já tem, desde 2017, mais de 60 mil pessoas com títulos de mestrado (outra meta do PNE).

Além disso, sobre a meta que previa criar uma política nacional de formação de professores até 2015, houve o anúncio em dezembro de 2018 de uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, com uma proposta de reformulação dos cursos de licenciatura que exigiria uma prova nacional para professores. Apesar disso, essa é uma área que ainda tem muitas deficiências, desde a qualidade dos cursos de Pedagogia, questionada por especialistas, até a formação adequada à área em que o professor ensina.

No ensino técnico, o PNE prevê aumentar para 5,2 milhões, até 2024, o número de matrículas, o que ainda não foi alcançado (são cerca de 1,8 milhão de matrículas por enquanto), mas um aspecto da meta já foi observado: a de que a maioria dessas vagas esteja na rede pública.

Outro avanço significativo é que 98% das crianças brasileiras de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, o que pode significar o batimento da meta de universalização esperada para 2024.

"Os dados mostram que o cenário não é totalmente de terra arrasada e que há algum aprendizado (desde a implantação do PNE)", diz à BBC News Brasil Olavo Nogueira, diretor de políticas educacionais do Todos Pela Educação. "Mas estamos muito distante de cumprir muitas metas, patinando."

Falta muito para o Brasil conquistar, por exemplo, a redução das desigualdades na educação e ampliar o percentual de crianças que estudam em séries adequadas à idade, sem atrasos.

No ano passado, apenas 75,7% das crianças de 16 anos tinham o ensino fundamental concluído na idade adequada - distante da meta de 95% do PNE. "O ritmo lento de evolução sugere que muitas crianças brasileiras de 16 anos ou mais não terão saído do ensino fundamental em 2024", diz o relatório da Campanha Pelo Direito à Educação.

Também é lento o avanço na escolaridade - estipulada para no mínimo 12 anos, em média - de moradores do campo e das áreas mais pobres (e menos escolarizadas) do Brasil.

Na alfabetização, só dois terços das crianças da 3ª série tinham aprendido adequado em escrita em 2016, dificultando o cumprimento da meta de que, até 2024, todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental.

O analfabetismo funcional (pessoas capazes de escrever, mas não de interpretar textos ou realizar operações matemáticas cotidianas) teve leve aumento recentemente, dificultando a redução estipulada pelo PNE. Também patina a meta de integrar o EJA (Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo) à formação profissional.

Na formação de docentes, o objetivo é que todos os professores da educação básica tenham formação adequada na área em que lecionam (por exemplo, que professores de matemática tenham feito licenciatura em matemática), mas até 2017, só 47,3% dos professores dos anos finais do ensino fundamental (e 55,6% no ensino médio) tinham essas titulações.

O Brasil também ainda não tem um plano de carreira para professores, e está distante de equiparar os salários dessa carreira aos demais profissionais com escolaridade equivalente, como prevê o PNE.

Investimentos em educação

A meta final do PNE previa elevar, neste ano, os investimentos em educação para 7% do PIB brasileiro, até chegar a 10% em 2024 - cifra considerada difícil de ser alcançada por parte dos governantes e especialistas. Enquanto alguns defendem que tal percentual é necessário, outros argumentam que melhorias na gestão do ensino já trariam avanços com menos dinheiro que o previsto no PNE.

Segundo Olavo Nogueira, do grupo Todos pela Educação, esse patamar do PIB investido em educação no Brasil alcançou recentemente cerca de 6%, mas em meio a tetos de gastos implementados pelo governo de Michel Temer e contingenciamentos promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro, o financiamento da educação como prevê o PNE está na berlinda.

Para os especialistas consultados pela BBC News Brasil, a prioridade atual é saber o que acontecerá com o Fundeb - fundo da educação pública que movimenta R\$ 150 bilhões por ano e financia a grande maioria dos gastos no setor, por meio de repasses a Estados e municípios. O modelo do Fundeb expira, por lei, neste ano, o Congresso debate se ele vai ser estendido ou substituído.

"A melhor forma de garantir o avanço do PNE é aprovando o Fundeb", opina Daniel Cara. "Não é ele que vai resolver os atrasos, mas pelo menos vai alavancar o cumprimento das metas, fazendo com que o próximo plano (pós-2024) parta de um patamar maior."

"Muitas das metas na educação infantil e no EJA, por exemplo, dependem de financiamento do Fundeb", agrega Cláudia Bandeira, da Ação Educativa. Como avançar?

Para além do Fundeb, Nogueira afirma que, para tirar o PNE plenamente do papel, seria necessário haver mais clareza nas atribuições de União, Estados e municípios sobre quem deve responder por cada ponto do Plano. "Há muita sobreposição de esforços",

diz.

Ele também opina que um foco prioritário, hoje, é o cumprimento de metas que têm a ver com a formação e a valorização da carreira dos professores, "para garantir que o docente assuma a sala de aula com domínio de suas competências e em uma carreira mais atrativa".

Para Cara, o crucial é o Brasil avançar nos aspectos-chave da desigualdade social, como reduzir o analfabetismo funcional, além de avançar na educação de jovens e adultos que não conseguiram se educar na idade correta e integrá-los ao mercado profissional. "São dívidas históricas, nas quais estamos atrasados", opina. "E é a face concreta da desigualdade -as dificuldades de educação da população com baixíssima renda e em situação de desalento."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

As metas para o ensino em que o Brasil já foi reprovado ou está em recuperação Plano Nacional de Educação, que virou lei em 2014 com metas graduais para o país, ainda patina em muitos itens, embora tenha trazido avanços.

Um dos principais temas dos protestos recentes em diversas cidades brasileiras, a educação pública ainda está longe de alcançar a maioria das metas estabelecidas por lei para melhorar e ampliar o ensino na formação infantil, básica, superior e de jovens e adultos.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em lei de 2014 após três anos de debate no Congresso Nacional e que estabelece um conjunto de 20 metas (e submetas) para serem cumpridas entre 2015 e 2024, já tem boa parte dos objetivos descumprida, ou distantes do cumprimento para daqui a cinco anos, seu prazo de validade.

Plano Nacional de Educação está com 80% das metas estagnadas, diz estudo. Algumas metas, porém, tiveram etapas preliminares cumpridas, resultando em avanços, por exemplo, nas notas das crianças que cursam os primeiros anos do ensino fundamental, e na tomada de medidas iniciais para a melhoria da formação de docentes.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil temem que, no ritmo atual, avanços importantes previstos no PNE não sairão do papel tão cedo.

"(A maioria das metas) caminha a passos lentos, o que torna a efetivação do PNE ao fim de 2024 uma realidade cada vez mais improvável", afirma relatório recém-divulgado pela ONG Campanha Nacional Pelo Direito à Educação a respeito do cumprimento do Plano.

Mesmo na educação superior - tema central das demandas feitas nos protestos do dia 15 e do dia 30 de maio -, houve alguns avanços. Já foi batida, por exemplo, a meta de chegar a 60 mil brasileiros com mestrado. Mas o país ainda está bem distante de alcançar o patamar desejado de formação de professores especificamente na área em que lecionam.

Para Claudia Bandeira, da entidade Ação Educativa, houve um "esvaziamento" do Plano desde a sua criação, com poucos mecanismos oficiais de monitoramento do cumprimento das metas.

Em seu site, o Ministério da Educação (MEC) destacou em abril que o PNE é uma política pública que "ultrapassa governos", uma vez que se estende até 2024, e traz "responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e municípios", com um "planejamento de médio prazo que orientará todas as ações na área educacional do país", exigindo que cada ente federativo tenha seu plano próprio.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, citou o PNE em sua audiência recente na Câmara dos Deputados, falando da necessidade de que o plano volte a ser debatido e que os investimentos tenham foco nas etapas iniciais da educação, consideradas prioritárias pelo governo.

Ministro defende Fundeb, metas e mensalidade na pós em sessão marcada por tumulto na Câmara

A seguir, a BBC News Brasil destrincha os principais aspectos das metas, de forma resumida, com base em conversas com especialistas, no relatório da Campanha Pelo Direito à Educação e no levantamento do Observatório do PNE, feito pela organização Todos Pela Educação.

Metas já descumpridas

Na educação básica, o PNE havia estipulado metas a serem alcançadas nas avaliações do Ideb (medição oficial que o governo faz a cada dois anos nas escolas e usa para avaliar a qualidade do ensino) dos alunos da 6ª a 9ª séries e do ensino médio, mas nenhuma delas foi alcançada até agora nessas etapas. A meta para o ensino médio em 2017, por exemplo, era de uma nota de 4,7 (em uma escala de zero a dez), mas a média geral dos alunos brasileiros foi 3,8. Também previa que, até 2016, todos os adolescentes de 15 a 17 anos estivessem frequentando a escola. Não estão: em 2018, 91,9% dos adolescentes dessa idade estavam matriculados.

Para o Observatório do PNE, um dos grandes desafios é que, nos anos finais do ensino fundamental, o ensino "não consegue dar continuidade ao crescimento apresentado nos anos iniciais", em razão da evasão escolar, da reprovação de alunos e da desconexão entre a realidade da escola e a dos adolescentes.

Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Pelo Direito à Educação, "o Brasil corre a maratona (da educação básica) como se fosse uma corrida de 100 m, ou seja, acelera seu desempenho nos anos iniciais (nos quais as metas têm sido cumpridas), mas perde fôlego nos finais".

Na educação infantil, até 2016, era esperado que todas as crianças de 4 a 5 anos tivessem acesso à pré-escola, meta que não foi cumprida até agora. Segundo os dados mais recentes da Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 93% a taxa de escolarização nessa faixa etária, em média nacional, em 2017. A educação infantil de qualidade é considerada crucial por especialistas em primeira infância, por se tratar de um período da vida da criança em que seu cérebro está mais maleável, permitindo enormes ganhos de aprendizado - janela que diminui quando as crianças crescem.

Em 2015, também havia a expectativa de que 93,5% da população de 15 anos ou mais estivesse alfabetizada. Mas o país não chegou lá, embora agora esteja mais perto: em

2018, 93,2% dessa população se encontrava alfabetizada. São, no entanto, na prática, ainda 11,5 milhões de jovens e adultos brasileiros que não sabem ler ou escrever.

Além disso, o PNE previa que, até 2015, o Brasil tivesse todos os seus professores com formação específica de nível superior na área em que atuam. Até 2018, porém, cerca de 62% dos professores de ensino médio e 52% de fundamental tinham formação em suas respectivas disciplinas.

O que já foi cumprido ou está perto de ser

O Brasil avançou no acesso à educação - desde a básica até a técnica e superior -, algo que está relacionado a diferentes metas do PNE. Mas as metas cumpridas do PNE não são muitas.

Uma vitória importante é que as crianças da 1ª à 5ª série passaram as médias estipuladas para o Ideb (a medição feita pelo governo): a nota média de 5,7, almejada para 2019, foi superada ainda em 2017.

No ensino superior, o Brasil bateu a meta de ter mais de 75% dos professores de educação superior com cursos de mestrado ou doutorado e também já tem, desde 2017, mais de 60 mil pessoas com títulos de mestrado (outra meta do PNE).

Além disso, sobre a meta que previa criar uma política nacional de formação de professores até 2015, houve o anúncio em dezembro de 2018 de uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, com uma proposta de reformulação dos cursos de licenciatura que exigiria uma prova nacional para professores. Apesar disso, essa é uma área que ainda tem muitas deficiências, desde a qualidade dos cursos de Pedagogia, questionada por especialistas, até a formação adequada à área em que o professor ensina.

No ensino técnico, o PNE prevê aumentar para 5,2 milhões, até 2024, o número de matrículas, o que ainda não foi alcançado (são cerca de 1,8 milhão de matrículas por enquanto), mas um aspecto da meta já foi observado: a de que a maioria dessas vagas esteja na rede pública.

Outro avanço significativo é que 98% das crianças brasileiras de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, o que pode significar o batimento da meta de universalização esperada para 2024.

"Os dados mostram que o cenário não é totalmente de terra arrasada e que há algum aprendizado (desde a implantação do PNE)", diz à BBC News Brasil Olavo Nogueira, diretor de políticas educacionais do Todos Pela Educação. "Mas estamos muito distante de cumprir muitas metas, patinando."

Metas longe de se cumprir

Falta muito para o Brasil conquistar, por exemplo, a redução das desigualdades na educação e ampliar o percentual de crianças que estudam em séries adequadas à idade, sem atrasos.

No ano passado, apenas 75,7% das crianças de 16 anos tinham o ensino fundamental concluído na idade adequada - distante da meta de 95% do PNE. "O ritmo lento de

evolução sugere que muitas crianças brasileiras de 16 anos ou mais não terão saído do ensino fundamental em 2024", diz o relatório da Campanha Pelo Direito à Educação.

Também é lento o avanço na escolaridade - estipulada para no mínimo 12 anos, em média - de moradores do campo e das áreas mais pobres (e menos escolarizadas) do Brasil.

Na alfabetização, só dois terços das crianças da 3ª série tinham aprendido adequado em escrita em 2016, dificultando o cumprimento da meta de que, até 2024, todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental.

O analfabetismo funcional (pessoas capazes de escrever, mas não de interpretar textos ou realizar operações matemáticas cotidianas) teve leve aumento recentemente, dificultando a redução estipulada pelo PNE. Também patina a meta de integrar o EJA (Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo) à formação profissional.

Na formação de docentes, o objetivo é que todos os professores da educação básica tenham formação adequada na área em que lecionam (por exemplo, que professores de matemática tenham feito licenciatura em matemática), mas até 2017, só 47,3% dos professores dos anos finais do ensino fundamental (e 55,6% no ensino médio) tinham essas titulações.

O Brasil também ainda não tem um plano de carreira para professores, e está distante de equiparar os salários dessa carreira aos demais profissionais com escolaridade equivalente, como prevê o PNE.

Investimentos em educação

A meta final do PNE previa elevar, neste ano, os investimentos em educação para 7% do PIB brasileiro, até chegar a 10% em 2024 - cifra considerada difícil de ser alcançada por parte dos governantes e especialistas. Enquanto alguns defendem que tal percentual é necessário, outros argumentam que melhorias na gestão do ensino já trariam avanços com menos dinheiro que o previsto no PNE.

Segundo Olavo Nogueira, do grupo Todos pela Educação, esse patamar do PIB investido em educação no Brasil alcançou recentemente cerca de 6%, mas em meio a tetos de gastos implementados pelo governo de Michel Temer e contingenciamentos promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro, o financiamento da educação como prevê o PNE está na berlinda.

Para os especialistas consultados pela BBC News Brasil, a prioridade atual é saber o que acontecerá com o Fundeb - fundo da educação pública que movimenta R\$ 150 bilhões por ano e financia a grande maioria dos gastos no setor, por meio de repasses a Estados e municípios. O modelo do Fundeb expira, por lei, neste ano, o Congresso debate se ele vai ser estendido ou substituído.

"A melhor forma de garantir o avanço do PNE é aprovando o Fundeb", opina Daniel Cara. "Não é ele que vai resolver os atrasos, mas pelo menos vai alavancar o cumprimento das metas, fazendo com que o próximo plano (pós-2024) parta de um patamar maior."

"Muitas das metas na educação infantil e no EJA, por exemplo, dependem de financiamento do Fundeb", agrega Claudia Bandeira, da Ação Educativa.

Como avançar?

Para além do Fundeb, Nogueira afirma que, para tirar o PNE plenamente do papel, seria necessário haver mais clareza nas atribuições de União, Estados e municípios sobre quem deve responder por cada ponto do Plano. "Há muita sobreposição de esforços", diz.

Ele também opina que um foco prioritário, hoje, é o cumprimento de metas que têm a ver com a formação e a valorização da carreira dos professores, "para garantir que o docente assuma a sala de aula com domínio de suas competências e em uma carreira mais atrativa".

Para Cara, o crucial é o Brasil avançar nos aspectos-chave da desigualdade social, como reduzir o analfabetismo funcional, além de avançar na educação de jovens e adultos que não conseguiram se educar na idade correta e integrá-los ao mercado profissional.

"São dívidas históricas, nas quais estamos atrasados", opina. "E é a face concreta da desigualdade - as dificuldades de educação da população com baixíssima renda e em situação de desalento."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRR abre inscrições para mestrado e doutorado em recursos naturais

Das oportunidades, dez são para doutorado e 15 para mestrado. Inscrições seguem até 10 de julho.

Estão abertas as inscrições para os cursos de mestrado e doutorado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ao todo, são ofertadas 25 vagas, sendo dez para doutorado e 15 para mestrado.

CONFIRA O EDITAL.

Os interessados podem fazer as inscrições até o dia 10 de julho, das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, no Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (Pronat), campus Paricarana.

A taxa custa R\$ 150 e para efetivar a inscrição é necessário apresentar documentação completa solicitada no certame. O resultado final deve ser divulgado no dia 30 de agosto e o início das aulas está previsto para o dia 9 de setembro de 2019.

O Pronat é interdisciplinar na área das Ciências Ambientais e tem com área de concentração o Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas. A área de concentração está delimitada por dois marcos referenciais.

Desta forma, esta proposta inovadora de curso busca a formação de capital intelectual de alto nível, a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a solução de problemas regionais de alta complexidade.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

8 em cada 10 escolas da rede pública não oferecem ensino de qualidade

Relatório mostra que apenas 19% das redes municipais e estaduais investem o que é considerado adequado para o ensino

Cerca de oito em cada dez redes de educação pública de Estados e municípios não têm financiamento suficiente para ofertar uma educação de qualidade, de acordo com levantamento feito por pesquisadores do Simulador de Custos para Planejamento de Sistemas Públicos de Educação Básica em Condições de Qualidade (SimCdq). São escolas que ofertam desde o ensino infantil ao ensino médio.

Os pesquisadores baseiam-se no chamado Custo Aluno Qualidade (Cdq) e consideram que para ofertar uma educação de qualidade, as escolas precisam, por exemplo, oferecer formação continuada aos professores, ter internet, banheiros, quadra de esportes, laboratórios e biblioteca. Precisam ainda ter dinheiro para pagar despesas com conta de luz e água, entre outras.

De acordo com os dados da plataforma, apenas 19% das redes de ensino públicas, estaduais e municipais investem o considerado adequado.

“Estamos falando de um país cuja média de gasto é inferior ao que deveria ser o mínimo. Isso é preocupante”, diz o professor da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto, especialista em financiamento da educação, José Marcelino de Rezende, que integra o Conselho Consultivo do SimCdq.

Pelas contas, o investimento em educação básica deveria, em média, aumentar em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre o que é gasto e o mínimo considerado adequado para uma educação de qualidade está nas creches de período integral em áreas rurais.

Nesses estabelecimentos, seguindo os critérios do CAQ, deveria ser investido R\$ 24.137 por aluno por ano. Atualmente, é investido, de acordo com dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é a principal fonte de recursos da educação básica, R\$ 4.210 por ano por aluno. Ou seja, o valor deveria ser 5,73 vezes maior.

O valor que mais se aproxima do que é investido hoje é o do ensino médio parcial em área urbana. Pelo Fundeb, é investido em média, nas escolas, R\$ 4.048. Pelo CAQ, esse valor subiria para R\$ 5.679 por aluno por ano.

Custo Aluno Qualidade

O CAQ é um instrumento previsto em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE). Esse mecanismo, no entanto, nunca chegou a ser oficializado nem nunca chegou a existir, na prática.

De acordo com o PNE, até 2016, deveria ter sido definido o CAQ inicial (CAQi), que é o valor calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem. Após definido, esse valor deveria ser progressivamente reajustado até a implementação plena do CAQ.

“Ter mais recurso na educação interfere nas condições de vida. Tem-se professores que recebem melhor, escolas mais bem equipadas, melhoras na merenda”, diz o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. A entidade que

reúne centenas de organizações de educação, é responsável pelo desenvolvimento do CAQ.

Cara ressalta, no entanto, que o aumento de recursos não gera resultados a curto prazo, mas que isso não pode impedir o aumento do financiamento. “Educação é maratona, não é corrida de 100 metros”, defende.

CAQ e Fundeb

O Fundeb está em discussão tanto no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados. A intenção é que esse fundo, que é composto por recursos dos estados, municípios e da União e vale apenas até o final de 2020, torne-se permanente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2019, em tramitação no Senado, coloca o CAQ como base de cálculo para o valor anual mínimo por aluno.

Rezende defende que com a aplicação do CAQ, a intenção é que todas as escolas tenham o mínimo para garantir que os estudantes aprendam o adequado. Para isso, não basta apenas redistribuir, mas é preciso aumentar o bolo. “Não adianta equalizar. Posso equalizar, mas equalizar na miséria. Preciso garantir um padrão mínimo de qualidade”, diz.

Cara defende que o Fundeb permanente, com o CAQ como parâmetro, trará previsibilidade para os gestores. “Muita gente que defende a desvinculação afirma que prioriza a questão da gestão, mas eu só consigo ser um bom gestor se tiver previsão do que eu vou ter no ano seguinte”, diz.

MEC

Em audiência pública na semana passada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o governo trabalha em uma proposta para ampliar os recursos do Fundeb. A pasta pretende também premiar aqueles que tiverem melhores resultados educacionais.

“A gente está trabalhando em uma proposta que melhore o Fundeb, amplie os recursos, acho muito importante. Sou a favor, sim, de dar mais autonomia a recursos, mas cobrar também algumas métricas, para que a gente tenha uma premiação para quem tiver melhor desempenho”, disse.

Simcaq

O Sistema foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de Goiás, do Laboratório de Dados Educacionais e do Centro de Computação Científica e Software Livre (C3sl). O projeto foi financiado pelo Ministério da Educação.

Publicidade

Fechar anúncio

O Simcaq reúne dados do Ministério da Educação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Tesouro Nacional. Nele é possível ver como cada uma das redes está hoje em termos de matrículas, infraestrutura e recursos. É possível também fazer simulações para se chegar a um padrão adequado. O Simcaq deverá ser disponibilizado para o público em junho deste ano.

Plano Nacional de Educação

Em cinco anos de vigência, quatro das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) foram parcialmente cumpridas, de acordo com relatório divulgado na semana passada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O PNE, estabelecido pela Lei 13.005/2014, estipula metas para serem cumpridas na educação até 2024, desde o ensino infantil até a pós-graduação, incluindo formação de professores e aumento do investimento no setor até pelo menos o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de riquezas produzidas pelo país. Para atingir as metas até o final do período de vigência, a lei estabelece etapas intermediárias e estratégias.

Todos os anos, a Campanha divulga um monitoramento próprio do cumprimento das metas, baseado em dados oficiais do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Pelo próprio PNE, cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao MEC, elaborar, a cada dois anos, um relatório oficial do cumprimento das metas do PNE. O último relatório foi divulgado no ano passado.

No ano passado, o relatório mostrou que apenas um dos dispositivos intermediários previstos no PNE foi cumprido integralmente. Cerca de um terço, 30%, do que deveria ter sido cumprido até 2018, de acordo com a organização, foi parcialmente cumprido. Em 2019, a organização mudou a metodologia e passou a divulgar não apenas o que deveria ter sido cumprido até o ano em questão, mas um balanço geral de todas as metas, o que mostrou que o Brasil se adiantou e atingiu parcialmente metas previstas para serem cumpridas até 2024.

Metas cumpridas

Uma das metas que foi parcialmente cumprida foi melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é um dos principais indicadores de qualidade do ensino fundamental e médio. Embora o Ideb tenha melhorado em todas as etapas, apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, a meta estipulada na lei foi cumprida. Nos anos finais, do 6º ao 9º ano, e no ensino médio, o índice ficou abaixo do esperado.

Outra meta considerada parcialmente cumprida é a de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. As matrículas ainda não atingiram a marca esperada, mas houve expansão. Em 2018, cresceram 24,2% em relação a 2013 e a expansão do setor público foi de 85,8%, superando a meta.

O país também conseguiu ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior. A meta era que 75% dos docentes fossem pós-graduados em 2024. Em 2017, essa proporção já era 79,6%. Além disso, pelo 35% devem ser doutores. Essa proporção já é, também desde 2017, 42,1%.

Metas estagnadas

Pela lei, todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deveriam estar matriculados na escola

até 2016. Na creche, etapa até os 3 anos, o objetivo é ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 2024. Dos 4 aos 5 anos, o atendimento chegou, em 2017, a 93%. Na creche, o atendimento, chegou, no mesmo ano, a 34,1%.

No ensino fundamental, dos 6 aos 14 anos, etapa que já é tida como universalizada, a meta é que até 2024, todos nessa faixa etária estejam na escola - a taxa atual é 98% - e que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada. Hoje, 75,7% concluem na idade adequada.

Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, 91,9% estavam na escola em 2018, sendo que 70,9% estavam no ensino médio, ou seja, na série adequada à idade. O objetivo é que, em 2024, essa porcentagem suba para 85%.

Pelo PNE, até 2015, os professores deveriam ser formados na área em que atuam e deveria estar definida uma política nacional de formação dos profissionais da educação. Até 2018, apenas 49,9% dos professores que atuavam na educação infantil tinham formação para tal. No ensino médio, esse índice era 61,9%.

Para o coordenador geral da Campanha, Daniel Cara, o PNE foi deixado de lado no debate público. “O PNE está em um contínuo descumprimento, as metas estão estagnadas”, diz. A educação básica é, segundo ele, etapa mais crítica. “As metas do ensino superior estão sendo cumpridas, o que é ótimo, não é, em nada, negativo, mas na educação básica, a gente está completamente estagnado”.

De acordo com ele, uma ênfase maior na educação por meio do cumprimento da lei, ajudaria, inclusive, o Brasil a sair da crise econômica. “A educação é também uma porta de saída para o desenvolvimento do país, para evitar que crises futuras venham a se repetir”, diz.

Responsáveis pelo PNE

O cumprimento do PNE cabe a diversos atores, entre eles, o Congresso Nacional que é responsável por legislar, entre outros, sobre a cooperação entre União, estados e municípios, criando um Sistema Nacional de Educação, à semelhança do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cabe ainda aos estados e municípios, que são os maiores responsáveis pela educação básica, do ensino infantil ao ensino médio e à União, que tem o papel de ajudar os demais entes federados e de desenvolver políticas públicas nacionais para todas as etapas de ensino. Em audiência pública na semana passada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, analisou o cumprimento do PNE. “Nós temos várias metas aqui que estão sob risco, e em outras acho que teremos que fazer escolhas. Portanto, eu queria abrir esse diálogo”, disse à deputados federais.

O ministro também ressaltou que o país passa por um momento delicado economicamente, o que fez com que o contingenciamento feito pelo Ministério da Economia fosse necessário. Ele destacou que a pasta prioriza a educação básica e que é necessário melhorar resultados e olhar para o que já está sendo feito. “Há municípios

que estão fazendo um trabalho maravilhoso. Temos que olhar para os municípios no Brasil que estão fazendo um trabalho maravilhoso e copiar deles”, destacou.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Começa Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Divulgação faz parte da Semana de Ação Mundial e traz um balanço da lei que criou o Plano Nacional de Educação, quais as metas atingidas e o que falta

Começa nesta semana uma das maiores mobilizações em prol da educação do mundo, a Semana de Ação Mundial (SAM), que completa 16 anos e a adesão de 70 milhões de pessoas de 100 países. Organizada no Brasil pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a atividade conta, este ano, com uma particularidade: traz um balanço da efetividade da Lei nº 13.005/2014, que criou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Com metas até 2024, o PNE relaciona medidas que possam melhorar os índices educacionais do país. Passados cinco anos da publicação da lei, porém, sua implementação não tem transcorrido conforme o planejado. Em relatório, os membros da Campanha Nacional pelo Direito à Educação assinalam que, até o momento, 16 metas ainda não foram cumpridas e quatro foram parcialmente atingidas.

Embora ainda faltem cinco anos para o fim do plano, foram determinados prazos específicos para algumas metas. Um dos objetivos que não se concretizaram diz respeito à educação infantil. O PNE estabeleceu a universalização, até 2016, do acesso à escola a crianças de 4 e 5 anos. Adicionalmente, projetou a extensão da oferta de vagas em creches a pelo menos metade das crianças de até 3 anos.

Universalização

Segundo os autores do relatório, desde 2014, a taxa de escolarização de crianças de 4 e 5 anos cresceu apenas 4 pontos percentuais, dos 11 pontos necessários para chegar ao patamar esperado. Os dados têm como base levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números mostram que o indicador saltou de 89,1% para 93%, de 2014 para cá. O percentual de crianças de até 3 anos que frequentavam creches chegou a 34,1%, em 2017, contra 29,6% em 2014.

Os representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sublinham ainda que, apesar de a universalização do ensino fundamental estar próxima, vale analisar a qualidade do ensino, do ambiente escolar e da formação dos professores. Eles também chamam atenção para as discrepâncias entre regiões do país e entre escolas das áreas urbanas e rurais.

Os integrantes da rede comentam, em paralelo, que a proporção de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental continua aquém da meta de 95% para 2024. Desde 2014, o índice vem subindo, mas atingiu 75,8% no ano passado. “O ritmo lento de evolução do dispositivo sugere que muitas crianças brasileiras de 16 anos ou mais não terão saído do ensino fundamental em 2024”, escrevem.

Qualificação acadêmica

Entre as metas parcialmente cumpridas, destaca-se a qualificação acadêmica de docentes de ensino superior, que superou o nível desejado pelo PNE. Em 2017, 79,5% dos professores universitários tinham o título de mestre ou doutor, mais que a meta de

75%. Desse total, a proporção dos professores doutores era, em 2017, de 41,9%, contra meta de 35%.

As instituições públicas saem à frente na titulação, com 88,5% dos docentes com mestrado ou doutorado. As universidades particulares estão em estágio semelhante, mas ainda inferior: 71,5% dos professores conquistaram tais títulos.

Avaliação do cumprimento das metas

a) Metas não alcançadas

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Publicidade

Fechar anúncio

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

b) Metas parcialmente cumpridas

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.